

CADERNO DE EXERCÍCIOS *MASTER*

**PROCURADORIA
GERAL DO ESTADO
E
PROCURADORIA
GERAL DO
MUNICÍPIO**

– Extensivo –

Parte V



Sumário

Direito Administrativo.....	3
Direito Civil.....	17
Direito Empresarial.....	22
Direito Constitucional.....	34
Direito Previdenciário	49
Direito Processual Civil (Novo CPC - Lei nº 13.105/2015).....	59
Direito Tributário.....	68
Direito do Trabalho	87
Gabarito.....	98

Direito Administrativo

Questão 1: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Licitações (Lei 8.666/1993)

Considerando o que dispõe a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, marque com (V) a assertiva verdadeira e com (F) a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

() A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da eficiência e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

() A empresa de prestação de serviços técnicos especializados que apresente relação de integrantes de seu corpo técnico em procedimento licitatório ou como elemento de justificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, ficará obrigada a garantir que os referidos integrantes realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato.

() A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público, quando imóveis, dispensa licitação no caso de dação em pagamento.

() O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência, tomada de preços e concurso, bem como nas dispensas e inexigibilidades.

() A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.

a) V, V, F, F, V

b) F, V, F, V, V

c) V, F, V, F, F

d) F, V, V, F, V

e) V, F, V, V, F

Questão 2: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Licitações (Lei 8.666/1993)

Analise os seguintes itens e marque a opção correta.

a) Dispõe a Lei n. 8.666/93 que a licitação para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerá à seguinte seqüência: 1ª – projeto básico; 2ª – execução das obras e serviços; e 3ª – projeto executivo.

b) Os contratos administrativos de que trata a Lei n. 8.666/93 regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, não se aplicando aos mesmos as disposições de direito privado.

c) Considera-se empreitada por preço global, nos termos da Lei n. 8.666/93, quando se contrata um empreendimento compreendendo todas as etapas das obras, serviços e

instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada.

d) Cláusulas de privilégio ou cláusulas exorbitantes são as prerrogativas especiais conferidas à Administração na relação do contrato administrativo em virtude de sua posição de supremacia em relação à parte contratada. Assim, pode a Administração, quanto aos contratos administrativos: modificá-los unilateralmente, rescindi-los unilateralmente, fiscalizar-lhes a execução, aplicar sanções e, nos casos de serviços essenciais, ocupar indefinidamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato.

e) As obras e serviços poderão ser executados, de acordo com a Lei n. 8.666/93, de forma direta ou indireta. Nesta última, poderá ser realizada apenas nos regimes de empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, tarefa e empreitada integral.

Questão 3: FCC - Proc (PGE RO)/PGE RO/2011

Assunto: Licitações (Lei 8.666/1993)

NÃO é hipótese legal de dispensa de licitação:

a) A alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública.

b) A contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

c) A contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

d) A contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

e) O credenciamento de número indeterminado de profissionais de saúde para atendimento de saúde complementar aos servidores públicos, garantindo-se a publicidade do procedimento, a objetividade dos requisitos, a regulamentação da prestação dos serviços e a fixação criteriosa da tabela de remuneração dos serviços prestados.

Questão 4: FCC - Proc (PGE RO)/PGE RO/2011

Assunto: Licitações (Lei 8.666/1993)

A Lei de Licitações e Contratos – Lei Federal no 8.666/93 – exige que seja feita audiência pública com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a publicação do edital quando

- a) se tratar de obra ou prestação de serviço decorrente de contrato de programa celebrado com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada, em virtude de contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.
- b) o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a 100 (cem) vezes o valor referente à dispensa de licitação, em contratação de obras ou serviços de engenharia.
- c) a obra ou a prestação de serviços forem realizados no envoltório de 100 (cem) quilômetros do perímetro de unidade de conservação de proteção integral.
- d) o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a 100 (cem) vezes o valor estipulado como limite para a adoção da modalidade concorrência, em contratação de obras e serviços de engenharia.
- e) se tratar da alienação ou concessão de direito real de uso de terras públicas rurais da União na Amazônia Legal superiores ao limite de 15 (quinze) módulos fiscais ou 1.500 ha (mil e quinhentos hectares).

Questão 5: FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Assunto: Licitações (Lei 8.666/1993)

Um consórcio contratado pela Administração pública com base na Lei no 8.666/1993, para realização de prestação de serviços de interesse público subcontratou parte do objeto. Considerando que o edital da licitação tenha regulado adequadamente a questão das subcontratações,

- a) é necessário que a empresa subcontratada apresente os mesmos requisitos exigidos para a habilitação técnica da empresa vencedora.
- b) a empresa ou as empresas subcontratadas deverão passar a integrar o consórcio vencedor da licitação, a fim de garantir o cumprimento do objeto do certame.
- c) a subcontratação pode envolver parcela fundamental do objeto, sem limite de percentual, caso se trate de empresa que integre o setor principal atendido pelo consórcio e que estivesse em condições de se habilitar tecnicamente.
- d) a subcontratação é faculdade do contratado, que define, justificadamente, o percentual passível de ser executado por terceiros, desde que integrantes do mesmo segmento técnico produtivo.

e) a subcontratação não pode envolver parcela do objeto que guarde pertinência direta com habilitação técnica específica, sem a qual não teria o consórcio logrado êxito na contratação.

Questão 6: FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Assunto: Licitações (Lei 8.666/1993)

Em procedimento licitatório instaurado para contratação de fornecimento de trens para a ampliação do serviço de transporte metropolitano de passageiros prestado por entidade integrante da Administração indireta, referida entidade entendeu pertinente admitir a participação dos licitantes em consórcios. De acordo com as disposições da Lei no 8.666/1993,

a) somente existe tal possibilidade se a licitação for instaurada na modalidade concorrência.

b) essa prática é vedada, pois reduz o caráter competitivo da licitação, somente sendo admissível se a licitação for de âmbito internacional, com a obrigatoriedade de a liderança do consórcio recair sobre empresa brasileira.

c) essa previsão somente é possível em se tratando de parceria público-privada, devendo o consórcio vencedor constituir sociedade de propósito específico antes da assinatura do contrato.

d) tal previsão é admissível, importando a responsabilidade solidária dos consorciados pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto de execução do contrato.

e) a previsão somente é admitida em caráter excepcional, por razões de interesse público devidamente justificadas, vedado o somatório de quantitativos dos consorciados para efeito de qualificação econômico-financeira.

Questão 7: ESAF - PFN/PGFN/2003

Assunto: Definições, obras e serviços, compras (arts. 6 a 16, Lei 8.666)

Assinale no rol abaixo aquele serviço que não pode ser considerado como serviço técnico profissional especializado, nos termos da legislação vigente:

a) criação de peças publicitárias

b) restauração de obras de arte

c) patrocínio de causas judiciais

d) treinamento de pessoal

e) gerenciamento de obras

Questão 8: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Definições, obras e serviços, compras (arts. 6 a 16, Lei 8.666)

Em relação à Lei n. 8.666/93 que disciplina as licitações e as contratações na Administração Pública é correto afirmar:

a) para restar caracterizada a hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do artigo 25 da Lei n. 8.666/93, faz-se necessária a presença simultânea de dois elementos, quais sejam, o serviço profissional especializado e a notória especialização do profissional ou da empresa.

b) nos editais de licitação a Administração poderá fixar critérios de aceitabilidade dos preços unitários e global, os quais deverão servir de parâmetro quando do julgamento da proposta de preços, sendo vedada a fixação de preços mínimos e recomendada a fixação de preços máximos, conforme orientação do Tribunal de Contas da União.

c) a revogação do procedimento licitatório pode ser efetivada a qualquer momento desde que fundamentada exclusivamente em razões de interesse público, assegurado ao particular o direito à indenização por perdas e danos.

d) consoante entendimento fixado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, no caso da contratação de serviços contínuos, a escolha da modalidade de licitação (concorrência, tomada de preços ou convite) deverá ser compatível com o valor do primeiro contrato e não com o valor total, considerado o prazo máximo de vigência contratual definido no edital, vez que a prorrogação do prazo contratual nesse caso é faculdade da Administração e poderá ou não ser utilizada.

e) de acordo com o disposto no artigo 49 da Lei n. 8.666/93 a nulidade do procedimento licitatório, quando evidado de ilegalidade, assegura ao particular o direito ao contraditório e à ampla defesa, mas por tratar-se de ato nulo não há previsão do dever de indenizar.

Questão 9: ESAF - Proc DF/PGDF/2004

Assunto: Princípios (Licitação)

O Secretário da Defesa Civil contrata, após licitação, a compra de uma frota de veículos especializados em retirar neve das estradas. Esse contrato é:

a) irrevogável, porque obedeceu ao princípio da licitação.

b) revogável, porque o estado não está obrigado a cumprir os contratos que celebra com particulares.

c) só pode ser desfeito por determinação legislativa.

d) só pode ser desconstituído, por ordem judicial.

e) é nulo por inexistência de motivos.

Questão 10: FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Assunto: Princípios (Licitação)

Uma autarquia estadual que presta serviços no setor de transportes promoveu regular licitação para contratação de obras de recapeamento de pistas de rolamento das rodovias que explora. Transcorrido o procedimento de licitação nos termos legais, sagrou-se vencedora uma empresa, estando o procedimento em fase de homologação do resultado. Considerando que a Administração pretende concluir a contratação em face de comprovada necessidade do objeto,

a) a autoridade competente possui pouca margem de apreciação quanto à conveniência e oportunidade para homologar o certame, na medida em que lhe resta o exame de compatibilidade do resultado com os preços e demais indicadores objetivos constantes do processo, havendo autores que indicam, inclusive, ser dever da autoridade fazê-lo.

b) diante de eventual incompatibilidade entre os preços praticados no mercado e o resultado, resta à autoridade competente o cancelamento da licitação, ainda que exista probabilidade de indenização do vencedor.

c) não se admite controle na esfera do Judiciário antes da conclusão da fase de homologação e adjudicação, tendo em vista que somente após esses atos é que a licitação é considerada concluída e, portanto, hábil a projetar efeitos dos vícios de ilegalidade que a permearam.

d) somente poderá haver revogação do certame por razões de conveniência e oportunidade após as fases de homologação e adjudicação do objeto se houver indenização para o vencedor.

e) a autoridade competente possui discricionariedade em medida suficiente para rediscussão das condições e objeto da licitação antes da fase da homologação, a fim de ajustar a futura contratação às necessidades da Administração, o que também configura expressão do poder exorbitante e do caráter mutável do contrato administrativo.

Questão 11: FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Assunto: Princípios (Licitação)

Foi instaurada licitação para contratação de obras de construção de uma ponte intermunicipal. Após homologação do certame e adjudicação do objeto ao vencedor, adveio medida econômica que ensejou alta nos juros cobrados pelo mercado para financiamentos de projetos de infraestrutura. Antes da assinatura do contrato, a contratada apresentou proposta de redução da garantia em 2%, a fim de conseguir baixar seus custos de financiamento e preservar a taxa de retorno interno de seus investimentos. A proposta, lembrando que o vencedor tem intenção de assinar o contrato,

a) não pode ser acatada pela Administração pública, sob pena de violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tendo em vista que a variação das taxas de juros constitui evento previsível e, portanto, configura álea ordinária.

b) pode ser acatada pela Administração pública, seguida de aditamento do contrato para introduzir a alteração pretendida por se tratar de álea ordinária.

c) deve ser acatada pela Administração pública para fins de preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, vez que o contratado foi onerado por motivo alheio à sua vontade.

d) pode ser acatada pela Administração pública caso se comprove que a alteração pretendida pela contratada continuaria a qualificar sua proposta como mais vantajosa.

e) não pode ser acatada, a não ser que se comprove que nenhum dos classificados teria condição de manter a proposta originalmente vencedora.

Questão 12: ESAF - Proc DF/PGDF/2004

Assunto: Modalidades na Lei 8.666/1993

São modalidades de licitação:

a) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.

b) apenas a concorrência e a tomada de preços. Os demais métodos não se inserem no conceito de licitação.

c) concorrência, nos limites em que é obrigatória.

d) concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e outros métodos criados em decreto regulamentar.

e) concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e outras modalidades resultantes da combinação destes métodos.

Questão 13: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Modalidades na Lei 8.666/1993

São modalidades licitatórias adequadas para as situações descritas:

a) pregão para aquisição e alienação de bens e serviços comuns e concorrência para alienação de imóveis de qualquer valor.

b) leilão para alienação de bens móveis e imóveis de pequeno valor e pregão para aquisição de bens e serviços comuns.

c) concorrência para alienação de imóveis acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e meio de reais) e leilão para alienação de imóveis avaliados abaixo desse valor e móveis de qualquer valor.

d) concurso para contratação de quaisquer serviços técnicos especializados e leilão para alienação de bens móveis inservíveis ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.

e) convite para obras e serviços de engenharia, com valor da contratação estimado em até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e concorrência para concessão de serviços públicos de qualquer valor.

Questão 14: FUNDATEC - Proc (PGE RS)/PGE RS/2015

Assunto: Modalidades na Lei 8.666/1993

Sobre o regime jurídico das licitações, assinale a alternativa correta.

- a) A licitação tem por objetivos selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, respeitar o princípio da isonomia e promover o desenvolvimento nacional sustentável.
- b) As modalidades de licitação podem ser combinadas ou fundidas, conforme critérios discricionários da Administração Pública.
- c) O pregão é a modalidade de licitação destinada à contratação de bens e serviços de pequeno valor, nos termos da lei.
- d) O concurso é a modalidade de licitação destinada à seleção de servidores públicos.
- e) O leilão é a modalidade de licitação destinada à venda de ações de empresas estatais em bolsa de valores.

Questão 15: ESAF - PFN/PGFN/2004

Assunto: Concorrência, Tomada de Preços e Convite

Sobre as modalidades de licitação, assinale a opção correta.

- a) O Pregão, por ser modalidade que não está inserida entre as previstas na Lei no 8.666, de 1993 (que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios), somente pode ser utilizado, na sistemática atual, pela União.
- b) Nos casos em que couber a Concorrência, a Administração sempre poderá utilizar a Tomada de Preços; a recíproca, contudo, não é verdadeira.
- c) A Lei no 8.666, de 1993, ao disciplinar a modalidade Concurso, estabelece normas gerais a serem observadas nos concursos públicos para a seleção de candidatos à ocupação de cargos e empregos públicos.
- d) O Convite é modalidade de licitação da qual somente podem participar licitantes previamente cadastrados pela Administração.
- e) A Lei no 8.666, de 1993, veda a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação das modalidades nela referidas.

Questão 16: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Concorrência, Tomada de Preços e Convite

A Diretoria Regional de Educação pretende realizar licitação para aquisição de uniforme escolar destinado ao uso de dez mil alunos pertencentes à rede local de ensino, sendo que o preço estimado da contratação equivale a quinhentos mil reais. Nessa hipótese, a Diretoria

- a) não pode adotar o pregão, pois esta modalidade licitatória só pode ser utilizada quando o valor estimado da contratação for igual ou inferior a oitenta mil reais.
- b) deve dividir a compra em quatro ou mais lotes, possibilitando assim o uso de modalidade convite, para propiciar maior celeridade e competitividade na contratação.
- c) pode utilizar o pregão presencial, mas não o pregão eletrônico, modalidade licitatória que somente é empregada pelas entidades e órgãos da Administração Pública Federal.
- d) deverá obrigatoriamente utilizar a concorrência-pregão, compatível com a aquisição de bens considerados comuns, mas cujo valor estimado da contratação exceda o valor da tomada de preços.
- e) pode utilizar a modalidade licitatória tomada de preço ou, se entender mais conveniente, adotar a concorrência.

Questão 17: FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2014

Assunto: Leilão e Concurso

Visando à elaboração de uma estátua representativa dos geoglifos do Acre, foi elaborado um concurso para a seleção da melhor obra de arte. Sobre a forma de seleção e contratação, é CORRETO afirmar que

- a) a modalidade mais adequada no caso é o pregão, uma vez que a agilidade e o caráter pessoal da contratação impõem a modalidade.
- b) não há como efetivar concurso público para a prestação de trabalho temporário, devendo ser contratado algum artista em caráter precário.
- c) a modalidade de licitação escolhida é adequada em razão do caráter personalíssimo do serviço.
- d) a modalidade do leilão é a que melhor se afeiçoa com a compra de obras de arte.

Questão 18: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Licitação dispensada (art. 17 da Lei 8.666/1993)

De acordo com a jurisprudência já consolidada do Tribunal de Contas da União, são requisitos necessários para a caracterização da dispensa de licitação com base em situação emergencial ou de calamidade pública, exceto:

a) que exista urgência concreta e efetiva do atendimento a situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou à saúde ou à vida de pessoas.

b) que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso.

c) que a contratação direta seja o único meio de se afastar o perigo de forma efetiva e eficiente, devendo o objeto da contratação estar limitado em termos qualitativos e quantitativos ao suficiente para afastar o perigo iminente.

d) que o administrador comprove, nos autos do processo de dispensa, que a licitação tenha-se iniciado com a devida antecedência em razão do tempo normal que envolve este procedimento e que o atraso na conclusão do procedimento não tenha sido resultante de falta

de planejamento, desídia administrativa ou má gestão dos recursos disponíveis.

e) que o administrador comprove, nos autos do processo de dispensa, que, caso a licitação não se tenha iniciado com a devida antecedência em razão do tempo normal que envolve este procedimento, que determine a apuração do responsável pela falta de planejamento, desídia administrativa ou má gestão dos recursos disponíveis, a fim de não permitir que a sociedade seja duas vezes prejudicada, primeiro pela não realização da licitação e segundo pela falta de um serviço ou bem essencial.

Questão 19: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Licitação dispensável (art. 24 da Lei 8.666/1993)

Considerando as regras aplicáveis às licitações e aos contratos administrativos, julgue o item que se segue.

Desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado, é possível a dispensa de licitação para a aquisição, por secretaria estadual de planejamento, de bens produzidos por autarquia estadual que tenha sido criada para esse fim específico em data anterior à vigência da Lei n.º 8.666/1993.

() Certo

() Errado

Questão 20: ESAF - PFN/PGFN/2004

Assunto: Licitação inexigível (art. 25 da Lei 8.666/1993)

Entre as opções a seguir, marque aquela apta a justificar o reconhecimento de inexigibilidade de licitação.

- a) Casos de aquisição de bens junto a representante comercial exclusivo, caracterizando inviabilidade de competição.
- b) Casos de contratação em ocasiões de grave perturbação da ordem.
- c) Casos em que caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas.
- d) Casos de contratação de remanescente de serviço, em consequência de rescisão contratual, atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.
- e) Casos de contratação de prestação de serviços com organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

Questão 21: ESAF - PFN/PGFN/2006

Assunto: Licitação inexigível (art. 25 da Lei 8.666/1993)

Uma das Secretarias do Ministério da Fazenda pretende comprar um bem de determinada marca. Nesse sentido, solicita manifestação do órgão de consultoria jurídica, após demonstrar ser tecnicamente justificável a opção pela marca. À luz da Lei n. 8.666/93, é correto afirmar que

- a) o pleito da Secretaria não encontra amparo legal, pois a lei veda a opção por marca.
- b) será possível a aquisição, limitada ao valor de contratação para a qual seria cabível licitação na modalidade Convite.
- c) será possível a compra, mas somente após prévia licitação.
- d) será possível a compra, mas somente por meio do reconhecimento de inexigibilidade de licitação, em vista da necessidade de que o bem seja de determinada marca.
- e) será possível a compra, não se podendo apontar, a partir das informações do comando desta questão, se deverá ou não haver prévia licitação.

Questão 22: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Licitação inexigível (art. 25 da Lei 8.666/1993)

Determinada sociedade de economia mista pretende contratar serviços técnicos especializados para estruturação de operação de abertura de seu capital social e emissão de debêntures no mercado internacional, para tanto,

- a) está dispensada de prévio procedimento licitatório, por se tratar de operação regulada pela legislação do mercado de capitais, devendo comprovar a compatibilidade do preço com os praticados no mercado.
- b) pode declarar a inexigibilidade de licitação, por ato fundamentado de seus administradores, quando a licitação possa comprometer o sigilo da operação.
- c) deve instaurar prévio procedimento licitatório, sendo este inexigível se comprovada a inviabilidade de competição, em função da singularidade do objeto, bem como a notória especialização do contratado.
- d) pode dispensar a licitação, por ato fundamentado de seus administradores, caso a contratada seja empresa estrangeira, de notória especialização e desde que haja compatibilidade do preço com os praticados no mercado.
- e) pode dispensar a licitação, por ato fundamentado de seus administradores, se a contratada for fundação ou empresa pública especializada e desde que haja compatibilidade do preço com o mercado.

Questão 23: ESAF - PFN/PGFN/1998

Assunto: Fases (Licitação)

O último ato do procedimento licitatório, pelo qual se atribui ao vencedor o objeto licitado, denomina-se:

- a) homologação
- b) julgamento
- c) habilitação
- d) adjudicação
- e) contratação

Questão 24: ESAF - PFN/PGFN/1998

Assunto: Fases (Licitação)

O Município de Alfa decidiu-se por delegar a particulares a execução do serviço público de coleta de lixo urbano. Para tanto, são necessários alguns atos e procedimentos. Identifique, na relação a seguir, a opção que indica os passos corretos para a delegação, em sua ordem cronológica (da esquerda para a direita).

- a) edital de licitação / regulamento do serviço / lei autorizativa / contrato de concessão



- b) regulamento do serviço / edital de licitação / termo de permissão / lei autorizativa
- c) lei autorizativa / regulamento do serviço / edital de licitação / contrato de concessão
- d) edital de licitação / contrato de concessão / lei autorizativa / regulamento do serviço
- e) regulamento do serviço / edital de licitação / lei autorizativa / termo de permissão

Questão 25: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Fases (Licitação)

Em uma licitação na modalidade concorrência, do tipo menor preço, apenas um licitante restou habilitado. Nesse caso, deve a comissão de licitação

- a) revogar a licitação, em vista da ausência de competitividade e promover nova licitação, no prazo de trinta dias.
- b) anular a licitação, alegando lesividade ao interesse público e promover nova licitação, no prazo de sessenta dias.
- c) dar prosseguimento ao certame, apenas com o licitante habilitado, passando-se à fase seguinte, com o exame da proposta por ele ofertada.
- d) em despacho fundamentado, ancorado no princípio da competitividade, dispensar as exigências de habilitação, permitindo que todos os licitantes participem da fase de julgamento.
- e) abrir prazo de oito dias úteis para que os licitantes inabilitados possam apresentar nova documentação, escoimada dos vícios que levara à inabilitação.

Questão 26: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Fases (Licitação)

No tocante à participação das empresas em consórcio nas licitações, a Lei nº 8.666/93 VEDA

- a) a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.
- b) o estabelecimento, pelo edital, de exigências de qualificação econômico-financeira distintas das impostas aos licitantes individuais.
- c) a celebração de compromisso particular de constituição do consórcio, impondo-se o uso de instrumento público.
- d) a participação de consórcio composto exclusivamente de empresas estrangeiras.
- e) a participação de consórcio composto exclusivamente de micro ou pequenas empresas.

Questão 27: FCC - Proc (PGE SP)/PGE SP/2012

Assunto: Revogação e anulação (Licitações, Lei 8.666)

O Poder Público instaurou regular procedimento de licitação para alienação onerosa de um terreno em área urbana residencial. Antes da homologação do resultado e da adjudicação do objeto do certame ao licitante já declarado vencedor, a Administração Pública teve notícia de que, em data posterior à avaliação do terreno, houve alteração do zoneamento da área que o abrangia, ampliando os usos possíveis, o que ocasionou substancial valorização do imóvel. Diante dessa situação, o administrador

- a) não pode anular ou revogar a licitação, possuindo o licitante vencedor direito subjetivo à adjudicação do objeto.
- b) deve anular a licitação, determinando nova avaliação do imóvel e a instauração de procedimento para apurar responsabilidade pelo trabalho técnico anteriormente realizado.
- c) pode aditar o certame, para que prossiga com base no valor apurado em nova avaliação do imóvel.
- d) pode revogar a licitação, determinando nova avaliação do imóvel, em face do fato superveniente e do interesse público demonstrado.
- e) não pode aditar ou anular o certame, salvo se a valorização do imóvel for superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor anteriormente apurado.

Questão 28: ESAF - PFN/PGFN/2006

Assunto: Sistema de Registro de Preços (SRP)

Relativamente à utilização do Sistema de Registro de Preços em âmbito federal, assinale a opção correta.

- a) A Ata de Registro de Preços somente poderá ser utilizada por órgão ou entidade da Administração que tenha participado do registro de preços.
- b) A licitação para registro de preços deve ser feita na modalidade Pregão, tendo em vista o tipo de certame a ser adotado, qual seja, o do menor preço.
- c) Não há prazo máximo de validade da Ata de Registro de Preços, podendo esta ser adotada enquanto puder ser comprovada sua vantajosidade para a Administração.
- d) Não há impedimento a que a Administração realize licitações específicas para a aquisição de bens que já tenham preços registrados por tal Sistema.
- e) Em vista da natureza do objeto contratual, que demandaria a realização de certame do tipo técnica e preço, não se admite o registro de preços para a contratação de bens e serviços de informática.

Questão 29: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Sistema de Registro de Preços (SRP)

Analise os itens a seguir:

I. Consideram-se licitações simultâneas aquelas com objetos similares e que o edital subsequente tenha uma data anterior a cento e vinte dias após o término do contrato resultante da licitação antecedente;

II. Será adotado, preferencialmente, o SRP (Sistema de Registro de Preços) quando, pelas características do bem ou serviço, não houver necessidade de contratações freqüentes;

III. A licitação para registro de preços será realizada na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, e será precedida de ampla pesquisa de mercado;

IV. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços, não poderão adotar a modalidade de pregão;

V. No âmbito da Administração Pública, em atendimento à previsão constitucional de observância ao procedimento licitatório, não se admite contrato verbal em hipótese alguma.

A quantidade de itens incorretos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

Direito Civil

Questão 30: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Das Relações de Parentesco (arts. 1.591 a 1.638)

A respeito da paternidade, é correto afirmar que

- a) o adultério da mulher, se confessado, ilide a presunção de paternidade decorrente do casamento.
- b) o reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável, exceto se feito em escrito particular.
- c) são consideradas inválidas e, portanto, inexistentes a condição e o termo opostos ao ato de reconhecimento do filho.

d) a filiação materna ou paterna pode resultar de casamento, exceto se este for declarado nulo em virtude de má-fé de ambos os cônjuges.

e) a prova da impotência do cônjuge para gerar, à época do nascimento, não ilide a presunção de paternidade.

Questão 31: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Do Direito Patrimonial (Direito de Família - arts. 1.639 a 1.722)

Qualquer que seja o regime de bens, tanto o marido quanto a mulher sempre podem livremente

a) praticar todos os atos de disposição e de administração necessários ao desempenho de sua profissão.

b) administrar os bens próprios do outro cônjuge.

c) desobrigar ou reivindicar os imóveis que tenham sido gravados ou alienados com o seu consentimento.

d) reivindicar os bens imóveis comuns, doados pelo outro cônjuge ao concubino, desde que provado que os bens não foram adquiridos pelo esforço comum destes, se o casal estiver separado de fato por mais de cinco anos.

e) demandar a rescisão dos contratos de fiança e doação, ou a invalidação do aval, realizados pelo outro cônjuge, ainda que com o seu consentimento.

Questão 32: FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Assunto: Do Regime de Bens entre os Cônjuges (arts. 1.639 a 1.688)

Pedro e Maria são casados sob o regime da comunhão parcial de bens. Durante a sociedade conjugal, Pedro recebeu prêmio de aposta em loteria, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), resolvendo divorciar-se de Maria. Até então, possuíam os seguintes bens: uma casa doada pelos pais de Maria a ambos os nubentes, por ocasião do casamento; um sítio adquirido a título oneroso por Pedro durante a sociedade conjugal, fruto da economia de seus salários, tendo Maria recebido uma outra casa, por herança de sua mãe, depois do casamento. Na partilha de bens, em razão do divórcio observar-se-á o seguinte:

a) cada um tem direito à metade do prêmio que Pedro auferiu na aposta; ambos têm iguais direitos sobre a casa doada pelos pais de Maria e ao sítio adquirido por Pedro e Maria tem a propriedade exclusiva da casa que recebeu por herança de sua mãe.

b) somente Pedro tem direito ao prêmio que auferiu na aposta; ambos têm iguais direitos sobre a casa doada pelos pais de Maria e ao sítio adquirido por Pedro e Maria tem a propriedade exclusiva da casa que recebeu por herança de sua mãe.

c) cada um tem direito à metade do prêmio que Pedro auferiu na aposta; somente Maria tem direito sobre a casa doada por seus pais e à propriedade exclusiva da casa que recebeu por herança de sua mãe e ambos têm iguais direitos sobre o sítio adquirido por Pedro.

d) ambos têm iguais direitos sobre todos esses bens.

e) somente Pedro tem direito ao prêmio que auferiu na aposta e ambos têm iguais direitos sobre os demais bens.

Questão 33: ESAF - PFN/PGFN/2004

Assunto: Do Bem de Família (arts. 1.711 a 1.722)

O bem de família voluntário

a) poderá abranger valores mobiliários, cuja renda deverá ser aplicada na conservação do prédio e no sustento da família.

b) só poderá ser constituído por cônjuges, logo companheiros e integrante-chefe de família monoparental não poderão destinar parte de seu patrimônio à moradia ou sustento da família, mesmo que não ultrapasse um terço dos bens líquidos existentes ao tempo da instituição.

c) poderá abranger valores mobiliários excedentes ao valor do prédio, que constitui o domicílio familiar, à época da sua instituição.

d) está isento de execuções por dívidas posteriores à sua constituição, oriundas de tributos relativos ao prédio ou de despesas condominiais.

e) Extinguir-se-á, automaticamente, com a dissolução da sociedade conjugal.

Questão 34: FCC - Proc (PGE RO)/PGE RO/2011

Assunto: Da União Estável (arts. 1.723 a 1.727)

Estão impedidos de estabelecer união estável:

a) o companheiro sobrevivente com o condenado por homicídio culposo contra o seu consorte.

b) os afins em linha reta.

c) os colaterais até quarto grau, inclusive.

d) os viúvos ou viúvas que tiverem filho de cônjuge falecido enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.

e) pessoas divorciadas.

Questão 35: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Das Sucessão em Geral (arts. 1784 a 1828)

Joaquim e Maria viviam em regime de união estável. Celebraram contrato no qual ficou estabelecido que a relação patrimonial, durante o período de convivência, seria o da separação absoluta de bens e que em nenhuma hipótese os bens existentes ou adquiridos se comunicariam. Joaquim veio a falecer, pondo-se, assim, fim à união estável.

Quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, é correto afirmar que, na qualidade de companheira, Maria:

- a) não participará da sucessão de Joaquim em face da cláusula contratual que estabeleceu a incomunicabilidade dos bens adquiridos na constância da união estável.
- b) se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à metade do que por lei for atribuída ao filho.
- c) se concorrer com descendentes só do autor da herança, tocar-lhe-á a metade do que couber a cada um daqueles.
- d) se concorrer com outros parentes sucessíveis, terá direito à metade da herança.
- e) somente participará da sucessão se não houver parentes sucessíveis.

Questão 36: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Das Sucessão em Geral (arts. 1784 a 1828)

Sérgio, domiciliado durante toda a vida em São Luís, faleceu, em um acidente de trânsito em Bacabal, em 20 de outubro de 2014. Seu inventário foi aberto em 19 de dezembro de 2014 e a partilha de seus bens foi homologada em 15 de março de 2015. De acordo com o Código Civil, a herança de Sérgio foi transmitida a seus herdeiros no momento da

- a) homologação da partilha, em 15 de março de março de 2014, e sua sucessão será aberta no local do falecimento, Bacabal.
- b) sua morte, em 20 de outubro de 2014, e sua sucessão será aberta no local de seu último domicílio, São Luís.
- c) abertura do inventário, em 19 de dezembro de 2014, e sua sucessão será aberta no local do falecimento, Bacabal.
- d) homologação da partilha, em 15 de março de 2014, e sua sucessão será aberta no local de seu último domicílio, São Luís.
- e) sua morte, em 20 de outubro de 2014, e sua sucessão será aberta no local do falecimento, Bacabal.

Questão 37: FCC - Proc (PGE AM)/PGE AM/2010

Assunto: Das Disposições Gerais das Sucessões (arts. 1.784 a 1.790)

Sobre a sucessão do companheiro ou companheira quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, analise as afirmações abaixo.

I. Receberá o companheiro a meação que tiver sobre esses bens e só o usufruto de metade dos bens se concorrer com descendentes ou 25% (vinte e cinco por cento) dos bens se concorrer com ascendente.

II. Prefere a todos os parentes do falecido na ordem de vocação hereditária, afastando-os do recebimento da herança, exceto aos descendentes e ascendentes, com os quais concorre.

III. Se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho.

IV. Se concorrer com descendentes só do autor da herança, receberá a metade do que couber a cada um deles.

V. Só existindo parentes colaterais de quarto grau do falecido, concorrerá com estes, recebendo um terço da herança, mas se os colaterais forem de grau mais afastado, terá direito à totalidade da herança.

Está correto o que se afirma em

- a) I e II.
- b) I e V.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

Questão 38: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Da Sucessão Legítima (arts. 1.829 a 1.856)

Na linha descendente

- a) os filhos sucedem por cabeça, e os outros descendentes, por cabeça ou por estirpe, conforme se achem ou não no mesmo grau.
- b) os ascendentes sucedem por cabeça e os descendentes por estirpe, conforme se achem ou não no mesmo grau.
- c) os ascendentes sucedem por estirpe, e os descendentes por cabeça, conforme se achem ou não no mesmo grau.
- d) os descendentes sempre sucedem por estirpe, ainda que se achem no mesmo grau.
- e) os netos sucedem por estirpe, e os outros descendentes por cabeça, conforme se achem ou não no mesmo grau.

Questão 39: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Da Sucessão Legítima (arts. 1.829 a 1.856)

O cônjuge sobrevivente sucede,

- a) em concorrência com os descendentes, independentemente do regime em que era casado.
- b) ainda que separado de fato do falecido, há mais de dois anos, desde que haja prova de que a convivência se tornou impossível sem culpa do sobrevivente.
- c) por inteiro, na falta de descendentes, ainda que haja ascendentes.
- d) em concorrência com os descendentes, no regime da comunhão parcial, sejam os bens comuns ou particulares.
- e) em concorrência com os ascendentes em primeiro grau, ainda que haja descendentes.

Questão 40: FCC - Proc (PGE SP)/PGE SP/2012

Assunto: Da Ordem da Vocação Hereditária (arts. 1.829 a 1.844)

“A” era casada sob o regime da comunhão parcial de bens com “B”. “B” faleceu em 2011 e deixou um imóvel por ele adquirido antes do casamento, usado como moradia do casal. Não há descendentes, mas dois ascendentes em primeiro grau vivos. Neste caso,

- a) além de receber fração ideal de 1/3 do imóvel como herdeira necessária, “A” tem direito real de habitação, que se constitui a partir do registro do formal de partilha no Cartório de Imóveis.
- b) “A” tem direito real de habitação, participa da herança na qualidade de herdeira necessária e recebe a metade ideal do imóvel, cabendo a cada ascendente fração ideal de 1/4 do bem.
- c) “A” tem direito real de habitação, cabendo a cada herdeiro fração ideal de 1/3 do imóvel.
- d) por se tratar de bem incomunicável, “A” não participa da sucessão, mas tem direito real de habitação, cabendo a cada ascendente metade ideal do imóvel.
- e) em razão do regime de bens que regeu o casamento, “A” tem direito ao usufruto da metade do imóvel, cabendo, a cada herdeiro, fração ideal de 1/3 do bem.

Direito Empresarial

Questão 41: ESAF - PFN/PGFN/1998

Assunto: Títulos de Crédito

As letras de câmbio e as notas promissórias se distinguem dos conhecimentos de depósito e de transporte:

- a) por não representarem coisas
- b) por constituírem direitos de crédito contra o depositário e o transportador
- c) por circularem por endosso aquelas é não estes
- d) por serem sempre emitidos na forma não à ordem
- e) pela autonomia das obrigações cambiárias

Questão 42: ESAF - PFN/PGFN/1998

Assunto: Títulos de Crédito

A letra de câmbio e o cheque sacados contra o próprio emitente, sem indicação de data de cobrança são ordens de pagamento:

- a) a prazo
- b) ineficazes por identidade de credor e devedor
- c) contra apresentação
- d) sacadas contra o caixa
- e) a prazo de vencimento e a vista de apresentação

Questão 43: ESAF - PFN/PGFN/2006

Assunto: Títulos de Crédito

Com base no que dispõe o Código Civil Brasileiro sobre Títulos de Crédito, julgue os itens a seguir, assinalando, ao final, a opção com a resposta correta.

() A omissão de algum requisito legal que tire do documento sua validade como título de crédito, não implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.

() Invalida o título de crédito a cláusula que exclua ou restrinja direitos e obrigações além dos limites fixados em lei.

() O pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval, total ou parcial.

() O aval posterior ao vencimento do título de crédito não produz efeitos.

() O pagamento parcial do título não pode ser recusado pelo credor, se no seu vencimento.

a) V, F, F, F, F

b) V, F, V, V, V



c) F, V, F, V, V

d) V, F, F, F, V

e) V, V, V, F, F

Questão 44: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Títulos de Crédito

Assinale a opção falsa.

a) O endosso-penhor é o que contém cláusula "valor em penhor" e por meio do qual o endossante transfere tão-somente a posse do título cambial ao endossatário, que assume o dever de não deixar perecer o direito nele contido.

b) O endosso-mandato transfere ao endossatário-mandatário a posse e não a propriedade do título cambial.

c) Se a circulação do crédito é importante para a atividade econômica, a negociabilidade do título é um atributo seu.

d) O aval antecipado é o que se impõe antes que a obrigação principal se efetive, mas, se o aval for apostado depois do vencimento do título, diante da impossibilidade de protesto nos títulos, produzirá os mesmos efeitos, como se tivesse sido anteriormente dado.

e) O título nominativo não pode ser transferido por endosso em preto.

Questão 45: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Títulos de Crédito

Julgue o item a seguir, a respeito de fatos históricos relacionados à evolução do direito empresarial.

Os títulos de créditos originaram-se, na Idade Média, em virtude de os comerciantes italianos não desejarem levar grandes quantidades de moeda em suas viagens e ao fato de que cada cidade podia cunhar a sua própria. Esses comerciantes, então, depositavam o valor de que necessitavam em um banco e este emitia documentos que consubstanciavam promessa ou ordem de pagamento e que, apresentados ao seu correspondente, autorizavam o recebimento da quantia neles mencionada, na moeda corrente no lugar da apresentação.

() Certo

() Errado

Questão 46: ESAF - PFN/PGFN/2015

Assunto: Conceito de Título de Crédito



Assinale a opção correta.

I- Os títulos de crédito são documentos representativos de obrigações pecuniárias - de origem cambial ou extracambial - e, como regra, têm

natureza “pro soluto”.

II- A “Cédula de Crédito Rural” configura um título de crédito impróprio, destinada ao financiamento do agronegócio, cujo pagamento é garantido por hipoteca ou penhor.

III- De acordo com a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é admissível a ação monitória fundada em cheque prescrito, devendo ser ela ajuizada dentro de 5 (cinco) anos, contados a partir do dia seguinte ao vencimento da pretensão executiva.

- a) Somente o item I está correto.
- b) Somente o item II está correto.
- c) Somente o item III está correto.
- d) Somente os itens I e II estão corretos.
- e) Somente os itens I e III estão corretos.

Questão 47: ESAF - PFN/PGFN/2003

Assunto: Princípios do Direito Cambial

O exercício de direitos cartulares compete:

- a) apenas ao titular do crédito.
- b) a qualquer possuidor.
- c) a quem figure como nomeado no instrumento no caso de títulos nominativos.
- d) a qualquer portador da cártula em circulação no mercado.
- e) a legitimado cambiário na forma de circulação do título.

Questão 48: ESAF - PFN/PGFN/1998

Assunto: Classificação dos Títulos de Crédito

Nos títulos de crédito causais, como a duplicata mercantil por exemplo:

- a) inexistente abstração da obrigação cambiária
- b) a literalidade do título está vinculada à operação subjacente
- c) a circulação não se faz via endosso do título
- d) a circulação da duplicata corresponde à cessão de crédito civil



e) a apresentação a protesto depende de aceite

Questão 49: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Endosso

Em relação aos títulos de crédito, julgue o item subsequente.

O endosso posterior ao protesto por falta de pagamento produz apenas os efeitos de cessão ordinária de créditos.

() Certo

() Errado

Questão 50: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Duplicata

Em relação aos títulos de crédito, julgue o item subsequente.

A duplicata é um título causal, emitido exclusivamente com vínculo a um processo de compra e venda mercantil ou a um contrato de prestação de serviços e, por isso, é considerada um título cambiforme, ao qual não se aplica o princípio da abstração.

() Certo

() Errado

Questão 51: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Recuperação Judicial e Falência

A Lei n. 11.101/2005, que introduz no direito brasileiro a reorganização das empresas em crise, com a conseqüente revogação da concordata, seja a preventiva seja a suspensiva, visou:

a) facilitar a continuação da atividade das empresas mercantis em crise.

b) pretendeu facilitar a preservação de postos de trabalho nos casos de abalo no crédito que leva à crise da empresa.

c) enfatizar a importância da tutela da circulação do crédito.

d) apresentar nova forma de direito potestativo que atende ao interesse dos credores.

e) permitir que os credores, aqueles sobre os quais recaem, de forma indireta, os efeitos da crise, sejam ouvidos.

Questão 52: PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

Assunto: Recuperação Judicial e Falência

Acerca do direito falimentar, assinale a alternativa CORRETA.

- a) No processo falimentar, os créditos fiscais devem ser pagos antes dos créditos com garantia real e logo após os créditos trabalhistas.
- b) Além do descumprimento, rejeição e não apresentação do Plano de Recuperação, o juiz deve proceder à convalidação da recuperação judicial em falência quando solicitado pelo gestor judicial.
- c) O Plano de Recuperação Judicial deve ser apresentado em conjunto com a petição inicial requerendo a recuperação judicial.
- d) Os créditos em favor dos microempreendedores individuais e das microempresas e empresas de pequeno porte são considerados créditos com privilégio especial para fins da legislação falimentar.
- e) O pedido de restituição no processo falimentar, se deferido, será concretizado, salvo as hipóteses previstas de forma exaustiva na legislação falimentar, em regra, e, sempre que possível, em dinheiro.

Questão 53: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Recuperação Judicial

A recuperação judicial das sociedades empresárias tem por finalidade

- a) facilitar a reorganização da atividade empresarial.
- b) facilitar a continuidade da empresa.
- c) dar maior segurança aos trabalhadores com a preservação de postos de trabalho.
- d) substituir a concordata preventiva.
- e) manter a atividade econômica quando detectada crise estrutural da empresa.

Questão 54: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Recuperação Judicial

Modernamente empresas têm sofrido várias crises, que podem significar uma deterioração das condições econômicas de sua atuação, bem como uma dificuldade de ordem financeira para o prosseguimento da atividade. Tais crises podem advir de fatores alheios ao empresário, mas também podem advir de características intrínsecas à sua atuação. Entre as possíveis soluções para essa crise, está a recuperação judicial, sobre a qual é correto afirmar:

- a) os credores fiscais ficam sujeitos às condições aprovadas no plano de recuperação judicial.

- b) não haverá a nomeação de administrador judicial.
- c) a lei enumera taxativamente as medidas que podem ser invocadas na recuperação.
- d) as sociedades limitadas, ainda que não tenham objeto empresarial, podem requerer a recuperação judicial.
- e) a não aprovação do plano de recuperação judicial, pela assembléia de credores, acarretará a convolação em falência.

Questão 55: ESAF - PFN/PGFN/1998

Assunto: Falência

A liquidação extrajudicial de instituições financeiras está para a legislação falimentar como:

- a) prevenir a falência dos bancos havendo iliquidez sem desequilíbrio patrimonial adverso
- b) impedir a venda de ativos para evitar a iliquidez das instituições financeiras
- c) facilitar a intervenção se detectada a gestão temerária do banco
- d) complementar, a posteriore, a intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil
- e) permitir a transferência de créditos entre as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional

Questão 56: ESAF - PFN/PGFN/2003

Assunto: Falência

A liquidação extrajudicial disciplinada pela Lei nº 6.024/74 visa a:

- a) superar as dificuldades típicas das execuções coletivas tal como prescrito no Decreto nº 7.661/45.
- b) dar aos aplicadores, credores das instituições financeiras, suporte normativo para exercerem suas pretensões.
- c) criar condições mais eficientes para atender ao rateio dos créditos contra as instituições financeiras insolventes.
- d) impedir pedidos de falência contra instituições financeiras por qualquer credor.
- e) garantir igualdade entre credores de mesma classe nos rateios da massa.

Questão 57: ESAF - PFN/PGFN/2003

Assunto: Falência

Decretada a falência de uma sociedade comercial,

- a) os administradores podem continuar gerindo a empresa até a posse do síndico.
- b) o juiz deverá, em qualquer hipótese, fixar o termo legal, que não pode ultrapassar de 60 dias a data do primeiro protesto por falta de pagamento.
- c) tornam-se ineficazes os efeitos de todos os contratos celebrados anteriormente pela sociedade.
- d) a falta de livros contábeis obrigatórios caracterizará crime falimentar.
- e) estabelece-se o juízo universal, significando que todas as ações em relação às quais a massa falida seja autora ou ré deverão ser instauradas ou deslocadas para o juízo da falência.

Questão 58: ESAF - PFN/PGFN/2012

Assunto: Falência

Sobre a tributação no regime falimentar, assinale a opção correta.

- a) A lei estabelecerá limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho em relação aos demais créditos, inclusive aos tributários.
- b) Com as alterações havidas em relação ao regime falimentar, a alteração do Código Tributário Nacional deixa claro o propósito de preservar as empresas em dificuldades e consequentemente a oferta de empregos, pelo que se permite afirmar que o crédito tributário ganhou posições em relação à sistemática até então vigente.
- c) Na falência, o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais e às importâncias passíveis de restituição. Todavia, não prefere aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.
- d) As multas contratuais e as penalidades pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, inclusive as multas tributárias, preferem aos credores quirografários.
- e) O proprietário de bem arrecadado no processo de falência ou que se encontre em poder do devedor na data da decretação da falência poderá pedir sua restituição.

Questão 59: ESAF - PFN/PGFN/2012

Assunto: Falência

Quanto ao empresário individual, assinale a opção incorreta.

- a) O empresário opera sob firma constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.
- b) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

- c) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode requerer inscrição no Registro Público de Empresas da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.
- d) Desde a decretação da falência ou do sequestro, o empresário falido perde o direito de administrar os seus bens ou deles dispor até a sentença que extingue suas obrigações.
- e) O empresário falido poderá fiscalizar a administração da falência, requerer as providências necessárias para a conservação de seus direitos ou dos bens arrecadados e intervir nos processos em que a massa falida seja parte ou interessada, requerendo o que for de direito e interpondo os recursos cabíveis.

Questão 60: ESAF - PFN/PGFN/2012

Assunto: Falência

Sobre o estabelecimento, a falência e a recuperação de empresas, assinale a opção incorreta.

- a) Na realização do ativo na falência, dar-se-á maior preferência à alienação da empresa, com a venda de seus estabelecimentos em bloco.
- b) Constitui meio de recuperação judicial o trespasse ou o arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados.
- c) O estabelecimento alienado na falência estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, salvo quanto às derivadas da legislação do trabalho.
- d) É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.
- e) É ineficaz perante a massa falida a venda do estabelecimento feita sem o consentimento expresso ou pagamento de todos os credores, a esse tempo existentes, não tendo restado ao devedor bens suficientes para solver o passivo.

Questão 61: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Falência

A falência da empresa Brinquedos Feliz Ltda. (BFL) foi decretada em julho de 2013. Antes disso, já havia duas execuções fiscais propostas pelo DF contra ela, cobrando, além do principal, juros e multa em decorrência do inadimplemento em suas obrigações tributárias. A primeira delas, com bens penhorados antes da falência. A outra, não. O juiz autorizou o prosseguimento das atividades da BFL, levando em conta estar se aproximando a época do Natal e o fato de a empresa ter ainda grande estoque de brinquedos, grande quantidade, já paga, que fora objeto de importação. Para guardar os brinquedos importados, o administrador, em razão de incêndio em depósito próprio da BFL, teve de alugar, com

autorização judicial, um galpão, por R\$ 1.000,00 mensais de aluguel. A venda dos brinquedos gerou novos créditos tributários.

Considerando essa situação hipotética, julgue o seguinte item.

O valor das multas moratórias decorrentes do não pagamento dos créditos tributários anteriores à falência não poderá ser incluído no quadro geral de credores.

() Certo

() Errado

Questão 62: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Falência

A falência da empresa Brinquedos Feliz Ltda. (BFL) foi decretada em julho de 2013. Antes disso, já havia duas execuções fiscais propostas pelo DF contra ela, cobrando, além do principal, juros e multa em decorrência do inadimplemento em suas obrigações tributárias. A primeira delas, com bens penhorados antes da falência. A outra, não. O juiz autorizou o prosseguimento das atividades da BFL, levando em conta estar se aproximando a época do Natal e o fato de a empresa ter ainda grande estoque de brinquedos, grande quantidade, já paga, que fora objeto de importação. Para guardar os brinquedos importados, o administrador, em razão de incêndio em depósito próprio da BFL, teve de alugar, com autorização judicial, um galpão, por R\$ 1.000,00 mensais de aluguel. A venda dos brinquedos gerou novos créditos tributários.

Considerando essa situação hipotética, julgue o seguinte item.

A execução fiscal com bens penhorados deve prosseguir, com a alienação dos bens penhorados e a posterior entrega à massa falida do respectivo produto, para rateio entre os credores.

() Certo

() Errado

Questão 63: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Falência

A falência da empresa Brinquedos Feliz Ltda. (BFL) foi decretada em julho de 2013. Antes disso, já havia duas execuções fiscais propostas pelo DF contra ela, cobrando, além do principal, juros e multa em decorrência do inadimplemento em suas obrigações tributárias. A primeira delas, com bens penhorados antes da falência. A outra, não. O juiz autorizou o prosseguimento das atividades da BFL, levando em conta estar se aproximando a época do Natal e o fato de a empresa ter ainda grande estoque de brinquedos, grande quantidade, já paga, que fora objeto de importação. Para guardar os brinquedos importados, o administrador, em razão de incêndio em depósito próprio da BFL, teve de alugar, com

autorização judicial, um galpão, por R\$ 1.000,00 mensais de aluguel. A venda dos brinquedos gerou novos créditos tributários.

Considerando essa situação hipotética, julgue o seguinte item.

Com relação à execução como não conta com bens penhorados, o DF deve proceder à penhora no rosto dos autos da falência.

- () Certo
() Errado

Questão 64: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Falência

A falência da empresa Brinquedos Feliz Ltda. (BFL) foi decretada em julho de 2013. Antes disso, já havia duas execuções fiscais propostas pelo DF contra ela, cobrando, além do principal, juros e multa em decorrência do inadimplemento em suas obrigações tributárias. A primeira delas, com bens penhorados antes da falência. A outra, não. O juiz autorizou o prosseguimento das atividades da BFL, levando em conta estar se aproximando a época do Natal e o fato de a empresa ter ainda grande estoque de brinquedos, grande quantidade, já paga, que fora objeto de importação. Para guardar os brinquedos importados, o administrador, em razão de incêndio em depósito próprio da BFL, teve de alugar, com autorização judicial, um galpão, por R\$ 1.000,00 mensais de aluguel. A venda dos brinquedos gerou novos créditos tributários.

Considerando essa situação hipotética, julgue o seguinte item.

Os créditos tributários originados do prosseguimento da atividade da BFL terão preferência em relação aos créditos decorrentes do aluguel do galpão utilizado para o depósito de brinquedos.

- () Certo
() Errado

Questão 65: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Falência

Em julho de 2005, foi requerida a falência da sociedade empresária K-Lote Ltda. que atua no ramo da construção civil. Tal falência foi decretada em maio de 2006, encerrando a fase pré-falimentar. Nesse processo:

- a) o falido continuará na administração dos seus negócios, sendo apenas fiscalizado pelo Administrador judicial.
- b) quem adquirir os bens vendidos para satisfação dos credores, não sucede o falido em nenhuma obrigação.

c) os créditos fiscais não se sujeitam à habilitação, gozando de preferência sobre todos os créditos, exceto os trabalhistas e os decorrentes de acidente de trabalho.

d) o administrador judicial fará jus a uma remuneração que será classificada como crédito trabalhista.

e) antes de iniciar a liquidação da massa falida, o falido terá a chance de requerer uma recuperação judicial suspensiva.

Questão 66: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Falência

No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética acerca do instituto falimentar, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Américo, empresário individual, domiciliado no Brasil, mas com estabelecimento empresarial em Moçambique, teve contra si sentença declaratória de falência naquele país africano. Nessa situação, a sentença declaratória de falência não é exequível no Brasil.

Certo

Errado

Questão 67: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Falência

No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética acerca do instituto falimentar, seguida de uma assertiva a ser julgada.

No curso de regular procedimento falimentar, foram arrestados os bens sociais. Posteriormente, verificou-se que a sociedade se encontrava em dívida ativa, razão pela qual fora promovida competente execução fiscal. Nessa situação, é incabível penhora desse mesmo patrimônio, por determinação judicial, em face de execução por créditos tributários.

Certo

Errado

Questão 68: FCC - Proc (PGE AM)/PGE AM/2010

Assunto: Falência

Podem ser objeto de pedido de restituição, nos termos da legislação falimentar,

a) os valores adiantados em razão de adiantamento de contrato de câmbio; o bem empenhado pelo falido; e o bem em posse do falido que seja objeto de arrendamento mercantil.

b) o bem alienado fiduciariamente que esteja em posse do falido; a safra empenhada pelo falido, ainda não colhida; e o bem objeto de arrendamento mercantil em posse do falido.

c) a safra empenhada pelo falido, ainda não colhida; o bem objeto de arrendamento mercantil em posse do falido; e os valores adiantados em razão de adiantamento de contrato de câmbio.

d) o bem alienado fiduciariamente que esteja em posse do falido; o bem objeto de arrendamento mercantil em posse do falido; e os valores adiantados em razão de adiantamento de contrato de câmbio.

e) o bem alienado fiduciariamente que esteja em posse do falido; o bem empenhado pelo falido; e o bem objeto de arrendamento mercantil em posse do falido.

Questão 69: ESAF - PFN/PGFN/2015

Assunto: Falência

Sobre a falência, marque a opção incorreta.

a) Segundo a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, a Fazenda Pública não pode requerer a falência do devedor.

b) O proprietário ou possuidor de bem arrecadado na falência poderá ajuizar pedido de restituição.

c) A ação revocatória deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público.

d) É ineficaz perante a massa falida a prática de atos a título gratuito, desde 02 (dois) anos antes da decretação da falência.

e) As contas correntes com o devedor consideram-se encerradas no momento da decretação da falência, verificando-se o respectivo saldo.

Direito Constitucional

Questão 70: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Da organização político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

Relativamente à organização política do Estado de Mato Grosso, dispõem os artigos 17 e 176 da Constituição estadual:

Art. 17. É mantida a integridade territorial do Estado, que somente será alterada mediante aprovação de sua população e por lei complementar federal.

Art. 176. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-á

por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

A esse respeito, é correto afirmar que

- a) as disposições contidas nos artigos 17 e 176 são compatíveis com a disciplina vigente da matéria na Constituição da República.
- b) as disposições contidas nos artigos 17 e 176 são incompatíveis com a disciplina vigente da matéria na Constituição da República.
- c) o disposto no artigo 17 é incompatível com a disciplina vigente da matéria na Constituição da República, no que se refere à exigência de aprovação por lei complementar federal.
- d) o disposto no artigo 176 é incompatível com a disciplina vigente da matéria na Constituição da República, que estabelece, ainda, exigência de divulgação de estudos de Viabilidade Municipal, previamente à realização da consulta à população.
- e) a matéria relativa à organização política do ente da Federação se insere na sua capacidade de auto organização, não competindo à Constituição da República disciplinar a matéria.

Questão 71: FUNDATEC - Proc (PGE RS)/PGE RS/2015

Assunto: Da organização político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

O princípio da laicidade estatal:

- a) Veda ao Estado que estabeleça cultos religiosos ou igrejas, de forma a subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público.
- b) Veda ao Estado que estabeleça cultos religiosos ou igrejas, de forma a subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles relações de dependência ou aliança, exceto no que se refere às religiões nacionalmente majoritárias, em observância ao regime democrático e à regra da maioria.
- c) Veda ao Estado que estabeleça cultos religiosos ou igrejas, de forma a subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles relações de dependência ou aliança, exceto no que se refere às religiões nacionalmente minoritárias, em observância ao princípio republicano e aos direitos das minorias.
- d) Veda ao Estado que estabeleça cultos religiosos ou igrejas, de forma a subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles relações de dependência ou aliança, exceto no que se refere às religiões nacionalmente majoritárias, em observância ao princípio republicano e à prevalência do interesse público.
- e) Veda ao Estado que estabeleça cultos religiosos ou igrejas, de forma a subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles relações de dependência ou aliança,

exceto no que se refere às religiões nacionalmente minoritárias, em observância ao regime democrático e à prevalência do interesse público.

Questão 72: PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

Assunto: Da organização político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

Sobre a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de municípios, na linha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é CORRETO afirmar:

- a) Sobre a exigência, pelo texto constitucional, de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos para que ocorra desmembramento, o STF entende que se deve consultar a população do território a ser desmembrado e a do território remanescente.
- b) Embora inexista Lei Complementar Federal a determinar o período para criação de municípios, há possibilidade de criação, fusão, incorporação ou desmembramento de novos municípios mediante aprovação de lei federal específica, segundo entendimento reiterado do STF.
- c) Como inexistente Lei Complementar Federal a determinar o período para criação de municípios, não se criou novo município após o advento da Emenda Constitucional 15.
- d) A consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, no caso de criação, fusão, incorporação ou desmembramento de municípios, deve ser realizada previamente à divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
- e) A consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, exigida pela Constituição Federal, é dispensável na criação de municípios, sendo imprescindível, contudo, na fusão, desmembramento e incorporação.

Questão 73: ESAF - PFN/PGFN/2004

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

Na questão, assinale a opção correta.

- a) Quanto às competências legislativas concorrentes da União e dos Estados-membros, a lei federal sempre prepondera sobre a estadual.
- b) É correto afirmar que o legislador federal efetua um bloqueio de competências do Estado-membro, quando legisla em matéria de competência legislativa concorrente.
- c) Os Estados-membros são livres para suplementar a legislação federal editada no exercício da competência exclusiva da União.
- d) Os Estados-membros e, nunca a União, dispõem de competências legislativas residuais.

e) Os Estados-membros, por meio de leis complementares estaduais, podem dispor sobre questões específicas de matérias da competência privativa da União, independentemente de autorização federal para tanto.

Questão 74: ESAF - PFN/PGFN/2006

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

Assinale a norma que não fere a Constituição Federal.

- a) Norma estadual que determina a perda da propriedade de veículo cujo IPVA não seja pago por mais de 3 anos consecutivos.
- b) Norma municipal que estipula tempo máximo para que as agências bancárias situadas no território do Município atendam clientes em fila de espera.
- c) Norma de lei estadual que veda a concessão de gratuidade no transporte coletivo urbano.
- d) Norma da Constituição Estadual que estabelece a competência do Governador para conceder, por decreto, anistia tributária.
- e) Lei estadual que, versando sobre trânsito de automóveis no território do Estado, proíbe a instalação de barreiras eletrônicas e impõe a desativação das já existentes.

Questão 75: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

Das opções abaixo, assinale a que contém matéria compreendida na competência privativa da União para legislar ou dispor sobre.

- a) Produção e consumo.
- b) Proteção do meio ambiente e combate à poluição em qualquer de suas formas.
- c) Propaganda comercial.
- d) Proteção à infância e à juventude.
- e) Direito Tributário, Financeiro, Penitenciário e Econômico.

Questão 76: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

Assinale a opção correta acerca do pacto federativo brasileiro.

- a) São integrantes do pacto federativo brasileiros Estados-Membros, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, já que a soberania é atributo exclusivo da União.
- b) A competência suplementar, correlativa da competência concorrente, significa a possibilidade de disposição sobre o mesmo assunto ou matéria por entes federados diferentes, que nesse ponto atuam juntamente e em pé de igualdade.
- c) São da competência legislativa da União a definição dos crimes comuns e de responsabilidade, além do estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento, em relação ao Presidente da República, competindo aos Estados-Membros, porém, desde que observados os parâmetros traçados na norma geral federal, definir as normas específicas atinentes aos Governadores.
- d) Para a criação de novos Municípios é necessária prévia consulta por plebiscito convocado pela Câmara de Vereadores.
- e) Compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte, contudo, o transporte coletivo é de competência municipal.

Questão 77: ESAF - PFN/PGFN/2012

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

Sobre a repartição constitucional de competências entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, é incorreto afirmar que:

- a) no âmbito da competência privativa da União, lei complementar federal poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas.
- b) no âmbito da competência material comum aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, não está atribuída, exclusivamente, a competência de suplementar ou subsidiar as ações administrativas da União.
- c) no âmbito da competência material comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, leis complementares fixarão normas para a cooperação entre os diversos entes da federação, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e o bem-estar em âmbito nacional, sem prejuízo da eventual disciplina, por meio de lei, dos consórcios públicos e dos convênios de cooperação entre os mesmos entes federados.
- d) no âmbito da competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar, que inclui o direito tributário, o direito financeiro, a matéria orçamentária e os procedimentos em matéria processual, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena para dispor sobre situações urgentes e transitórias de suas peculiaridades administrativas.
- e) no âmbito da competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, para legislar a competência federativa da União limitar-se-á ao estabelecimento de normas gerais, sem prejuízo da por igual competência da União para legislar, no mesmo ou em outro diploma legal, sobre a regulação específica de suas próprias ações administrativas.

Questão 78: ESAF - PFN/PGFN/2012

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

Sobre a repartição constitucional de competências, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para a exploração de serviços públicos, é correto afirmar que

a) compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Municípios onde se situam os potenciais hidroenergéticos.

b) compete aos Estados e ao Distrito Federal, na forma de lei federal ou mediante convênio de cooperação, entre aqueles diretamente envolvidos, explorar os serviços de transporte interestadual de passageiros.

c) compete aos Estados e aos Municípios, respectivamente no que for de âmbito intermunicipal e local, legislar sobre transporte e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, o transporte coletivo.

d) compete à União, aos Estados e aos Municípios, respectivamente no que se configurar como "diretrizes nacionais", "normas gerais estaduais" e "âmbito de interesse local", legislar e explorar, na forma da lei, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado.

e) compete aos Municípios, observadas as exceções fixadas na Constituição Federal, organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local.

Questão 79: FCC - Proc (PGE SP)/PGE SP/2012

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

Lei Estadual contém o dispositivo:

“Art. 1º. Dispõe sobre a possibilidade de acúmulo das franquias de minutos mensais ofertados pelas operadoras de telefonia.

§ 1º. Os minutos de franquia não utilizados no mês de sua aquisição serão transferidos, enquanto não forem utilizados, para os meses subsequentes.”

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, esse dispositivo é

a) constitucional, na hipótese de a União não ter legislado sobre o tema, pois a inexistência de normas gerais sobre telefonia permite que os Estados membros possam exercer competência legislativa plena.

b) inconstitucional, pois mesmo sendo matéria de competência concorrente, compete à União a legislação de normas gerais sobre esse tema.

c) inconstitucional, pois a legislação sobre telecomunicações e radiodifusão é de competência privativa da União.

d) constitucional, pois se insere na competência dos Estados membros para regular serviços prestados em seu território.

e) constitucional, pois sendo matéria que trata de relações de consumo, a competência é concorrente entre a União, os Estados membros e os Municípios.

Questão 80: FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

De acordo com as normas de repartição de competências previstas na Constituição Federal, cabe aos Estados-membros

I. explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

II. instituir, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios, limítrofes ou não, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

III. exercer a competência privativa para promover a melhoria das condições de saneamento básico.

IV. legislar, privativamente, sobre assistência jurídica e defensoria pública.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) IV.

Questão 81: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

Acerca do regime constitucional de distribuição de competências normativas, julgue o item subsequente.

A incidência de lei emanada da União é determinada na própria lei, independentemente das regras constitucionais federais sobre repartição de competências: é a previsão na própria lei, quando de sua edição, que determinará se ela se aplicará aos demais entes federativos (lei nacional, portanto) ou apenas à União (lei federal, por conseguinte).

Certo

Errado

Questão 82: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

Acerca do regime constitucional de distribuição de competências normativas, julgue o item subsequente.

No âmbito das competências concorrentes, lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia de lei estadual superveniente, no que esta lhe for contrária.

Certo

Errado

Questão 83: ESAF - PFN/PGFN/2015

Assunto: Da União (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Sobre “competência”, é correto afirmar que compete:

a) à União emitir moeda, manter o serviço postal e o correio aéreo nacional; e aos Estados compete explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros.

b) privativamente à União legislar sobre registros públicos e compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre populações indígenas.

c) à União planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações e compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto.

d) privativamente à União legislar sobre propaganda comercial, e aos Estados legislar sobre emigração e imigração.

e) à União e aos Estados autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.

Questão 84: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Da União (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Suponha que lei de determinado Estado da federação institua a obrigatoriedade de as empresas operadoras de telefonia fixa e móvel constituírem cadastro de assinantes interessados em receber ofertas de produtos e serviços, a ser disponibilizado às empresas prestadoras de serviço de venda por via telefônica.

Nessa hipótese, referida lei seria

- a) inconstitucional, por versar sobre matéria sujeita à lei complementar.
- b) constitucional, por se tratar de matéria de competência comum de União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- c) constitucional, por se tratar de matéria de competência legislativa concorrente de União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- d) inconstitucional, por versar sobre matéria de competência legislativa privativa da União.
- e) constitucional, por se tratar de matéria competência legislativa suplementar dos Estados.

Questão 85: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da União (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Acerca do regime constitucional de distribuição de competências normativas, julgue o item subsequente.

A competência dos estados para suplementar a legislação federal sobre normas gerais é indelegável. As competências oriundas do seu poder remanescente, por sua vez, são delegáveis, conforme disposição na Constituição estadual.

- () Certo
- () Errado

Questão 86: ESAF - PFN/PGFN/1998

Assunto: Dos Estados Federados (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Nas questão, assinale a assertiva correta.

- a) O Distrito Federal constitui uma autêntica unidade federada, dispondo de amplo poder de auto-organização em relação à sua estrutura administrativa e à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- b) A Constituição do Estado-membro pode condicionar a eficácia de convênio celebrado pelo Poder Executivo à aprovação pelo Poder Legislativo local.
- c) Na ordem constitucional brasileira, o Estado-membro, no âmbito do seu poder de auto-organização, está impedido de instituir um Poder Legislativo bicameral e um regime parlamentar de Governo.
- d) Dentro do poder de conformação da sua ordem constitucional, pode o Estado-membro estabelecer "quorum" para a aprovação de emenda constitucional mais rígido do que o previsto na Constituição Federal.

e) Segundo orientação do Supremo Tribunal Federal, o Estado-membro pode adotar modelo de revisão constitucional simplificado, tal como previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Questão 87: FCC - Proc (PGE RO)/PGE RO/2011

Assunto: Dos Estados Federados (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Dentre os bens pertencentes ao Estado, incluem-se

- a) as cavidades naturais subterrâneas, os sítios arqueológicos e pré-históricos.
- b) as ilhas fluviais e lacustres em seu território.
- c) as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, da forma da lei, as decorrentes de obras da União.
- d) os potenciais de energia elétrica.
- e) os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva de seu território.

Questão 88: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Dos Estados Federados (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Lei ordinária estadual criou Região Metropolitana formada por municípios contíguos e não contíguos, voltada para a prestação de serviços públicos de interesse comum aos municípios que a integram. A mesma lei criou órgão colegiado estadual, do qual fazem parte apenas autoridades estaduais, voltado para disciplinar a concessão de serviços municipais de interesse comum à região metropolitana. De acordo com a Constituição Federal e a com a jurisprudência do STF, essa Região Metropolitana

- a) poderia ter sido criada por lei ordinária, desde que assim previsto na Constituição do Estado, podendo a Região ser formada por municípios contíguos ou não, vez que voltada para a prestação de serviços públicos de interesse comum aos municípios, sendo constitucional a criação do órgão colegiado estadual com a competência que lhe foi atribuída, desde que o projeto de lei tenha sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.
- b) poderia ter sido criada por lei ordinária, mas a Região deveria ser formada apenas por municípios contíguos, sendo inconstitucional a atribuição ao órgão colegiado estadual da competência para disciplinar a concessão de serviços municipais.
- c) apenas poderia ter sido criada por lei complementar, podendo a Região ser formada por municípios contíguos ou não, vez que voltada para a prestação de serviços públicos de interesse comum aos municípios, sendo constitucional a criação do órgão colegiado estadual com a competência que lhe foi atribuída, desde que o projeto de lei tenha sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

d) apenas poderia ter sido criada por lei complementar, podendo a Região ser formada por municípios contíguos ou não, vez que voltada para a prestação de serviços públicos de interesse comum aos municípios, sendo inconstitucional a atribuição ao órgão colegiado estadual da competência para disciplinar a concessão de serviços municipais.

e) apenas poderia ter sido criada por lei complementar e deveria ser formada apenas por municípios contíguos, sendo, ainda, inconstitucional a atribuição ao órgão colegiado estadual da competência para disciplinar a concessão de serviços municipais.

Questão 89: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Dos Estados Federados (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Deputado Estadual de certo Estado é suspeito da prática de homicídio doloso, cometido após a diplomação. A Constituição desse Estado prevê ser o Órgão Especial do Tribunal de Justiça competente para julgar, originariamente, os Deputados Estaduais pela prática de crimes comuns. Na hipótese de o Deputado vir a ser denunciado pelo cometimento do crime, será competente para julgá-lo o

a) Tribunal do Júri, cuja competência, nesse caso, prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido pela Constituição Estadual, não podendo a Assembleia Legislativa sustar o andamento do processo, já que aos Deputados Estaduais não se aplicam as imunidades processuais previstas na Constituição Federal em favor dos Deputados Federais.

b) Tribunal do Júri, cuja competência, nesse caso, prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido pela Constituição Estadual, não podendo a Assembleia Legislativa sustar o andamento do processo, já que aos Deputados Estaduais não se aplicam as imunidades materiais previstas pela Constituição Federal em favor dos Deputados Federais.

c) Tribunal do Júri, cuja competência, nesse caso, prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido pela Constituição Estadual, podendo a Assembleia Legislativa sustar o andamento do processo, tal como previsto pela Constituição Federal em favor dos Deputados Federais.

d) Órgão Especial do Tribunal de Justiça, cuja competência, nesse caso, prevalece sobre a competência genérica do Tribunal do Júri, não podendo a Assembleia Legislativa sustar o andamento do processo, já que aos Deputados Estaduais não se aplicam as imunidades processuais previstas pela Constituição Federal em favor dos Deputados Federais.

e) Órgão Especial do Tribunal de Justiça, cuja competência, nesse caso, prevalece sobre a competência genérica do Tribunal do Júri, podendo a Assembleia Legislativa sustar o andamento do processo, tal como previsto pela Constituição Federal em favor dos Deputados Federais.

Questão 90: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Dos Municípios (arts. 29 a 31 da CF/1988)

No que concerne ao estatuto constitucional da União, dos estados, dos municípios, do Distrito Federal (DF) e dos territórios, julgue o item seguinte.

Os estados têm competência para criar, organizar e suprimir distritos.

- () Certo
() Errado

Questão 91: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Dos Municípios (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Proposta de alteração da Lei Orgânica de um Município com 35.000 habitantes prevê que a Câmara Municipal será composta por 11 Vereadores, cujos subsídios, a serem fixados em cada legislatura para a subseqüente, deverão corresponder a, no máximo, trinta por cento dos subsídios dos Deputados estaduais, observado, ainda, que o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.

Referida proposta

- a) é incompatível com a Constituição da República, que subtrai do Município a faculdade de disciplinar a matéria.
- b) é incompatível com a Constituição da República, no que diz respeito à fixação do número de Vereadores da Câmara Municipal.
- c) ofende a disciplina constitucional da matéria, no que diz respeito à fixação do subsídio dos Vereadores adotando como parâmetro o dos Deputados estaduais.
- d) ofende a disciplina constitucional da matéria, no que diz respeito ao limite de despesas municipais com a remuneração de Vereadores.
- e) é compatível com a disciplina constitucional da matéria.

Questão 92: PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

Assunto: Dos Municípios (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Sobre a competência legislativa dos entes federativos, na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal, é CORRETO afirmar:

- a) É adequada à Constituição Federal norma em Constituição Estadual que define, em caso de dupla vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito nos municípios, a ordem sucessória.
- b) O município tem competência legislativa para criar normas que definam horário de funcionamento bancário em relação às agências bancárias localizadas em seu território.



- c) O município não detém competência para determinar normas sobre atendimento ao público e o tempo máximo de espera em fila dos estabelecimentos bancários.
- d) O município é competente para fixar horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- e) O município não tem competência legislativa para proibir e impor multa, por lei, a estacionamento de veículos sobre áreas ajardinadas ou canteiros, bens públicos municipais.

Questão 93: FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Assunto: Dos Municípios (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Determinada lei municipal, promulgada em 2008, estabeleceu ser obrigatória a presença física de vigilante uniformizado nos locais de atendimento bancário, inclusive postos de autoatendimento. Nessa hipótese, à luz da Constituição da República, a lei municipal em questão

- a) invadiu competência material da União para fiscalizar operações de natureza financeira.
- b) invadiu competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho e condições para o exercício das profissões.
- c) invadiu competência suplementar do Estado, em matéria de competência concorrente, para legislar sobre consumo e responsabilidade por dano ao consumidor.
- d) é fruto de exercício regular da competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local.
- e) é fruto de exercício regular de competência residual, em matéria de competência concorrente, para legislar sobre consumo e responsabilidade por dano ao consumidor.

Questão 94: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Dos Municípios (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Acerca do regime constitucional de distribuição de competências normativas, julgue o item subsequente.

Embora, conforme a CF, a lei orgânica municipal esteja subordinada aos termos da Constituição estadual correspondente, esta última Carta não pode estabelecer condicionamentos ao poder de auto-organização dos municípios.

- () Certo
- () Errado

Questão 95: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Do Distrito Federal e dos Territórios (arts. 32 e 33 da CF/1988)

Um candidato a Deputado Distrital, durante a campanha eleitoral, fez as seguintes promessas, para quando fosse eleito:

I. Proporia emenda à Lei Orgânica, mesmo que nenhum outro deputado quisesse assiná-la com ele, para a transferência da sede da Câmara Legislativa de Brasília para a cidade satélite do Guará.

II. Para mostrar que não tem o que temer, iria abrir mão de suas imunidades e prerrogativas penais tão logo assumisse o mandato.

III. Apresentaria proposta de lei, determinando o fechamento de casas noturnas que funcionam nas proximidades de zonas residenciais em todo o Distrito Federal.

IV. Proporia que fosse erigida a cidade satélite de Taguatinga à condição de Município do Distrito Federal.

Dessas quatro promessas quantas são as juridicamente viáveis?

- a) Todas
- b) Nenhuma
- c) Uma
- d) Duas
- e) Três

Questão 96: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Do Distrito Federal e dos Territórios (arts. 32 e 33 da CF/1988)

No que concerne ao estatuto constitucional da União, dos estados, dos municípios, do Distrito Federal (DF) e dos territórios, julgue o item seguinte.

A CF autoriza a divisão de territórios em municípios.

- () Certo
- () Errado

Questão 97: ESAF - PFN/PGFN/2003

Assunto: Intervenção Federal e Estadual (arts. 34 a 36 da CF/1988)

Assinale a opção correta.

a) Pacificou-se o entendimento de que depende de juízo politicamente discricionário do Presidente da República a decisão de promover a intervenção federal em decorrência de provimento de ação de excoutoriedade de lei federal.

- b) Uma causa que opõe a União a uma autarquia estadual, em torno de disputa sobre certo título executivo, deverá ser julgada originariamente pelo Supremo Tribunal Federal, ainda que não tenha substrato político e possua conteúdo estritamente patrimonial.
- c) Da decisão de Tribunal de Justiça em representação para fins interventivos em Município cabe recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.
- d) O Estado-membro que descumpra decisão judicial do Tribunal Superior do Trabalho está sujeito a intervenção federal requisitada pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) É válida a lei municipal que fixa horário de funcionamento dos bancos e instituições financeiras nos limites do território do Município.

Questão 98: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Intervenção Federal e Estadual (arts. 34 a 36 da CF/1988)

No atinente à organização política do Brasil, à repartição de competências e à intervenção, assinale a opção correta.

- a) Se, no âmbito de um projeto de reforma tributária, fosse aprovada emenda constitucional, retirando da Constituição todo o capítulo sobre o sistema tributário nacional, a iniciativa seria juridicamente possível ante a natureza da matéria, salvo pela circunstância de que a Constituição expressamente proíbe a mudança dos preceitos fundamentais daquele sistema.
- b) Nos dispositivos que cuidam do sistema de repartição de competências, a Constituição atribui à União competência privativa para legislar acerca de desapropriações, mas isso não exclui a possibilidade de os estados-membros e municípios realizarem eles próprios, a desapropriação de bens.
- c) Diante de situações anormalmente graves, decreto baixado pelo Presidente da República poderá impor intervenção em estado-membro por tempo indeterminado e manter consigo, daí em diante, o governo dessa unidade da Federação.
- d) Em nenhuma hipótese a União poderá intervir em município.
- e) O princípio federativo assegura aos estados-membros, ao DF e aos municípios, como entes autônomos da Federação, estruturar livremente sua administração e seus poderes, desde que não firam as vedações expressas da Constituição da República.

Questão 99: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Da Câmara dos Deputados (art. 50 da CF/1988)

Relativamente ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas do DF (TCDF), assinale a opção correta.

- a) Nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), o TCDF integra o Poder Legislativo dessa unidade da Federação e é formado por conselheiros, dos quais uma parte

é escolhida pela Câmara Legislativa. O TCDF também precisa prestar contas, as quais devem ser apreciadas pela Câmara Legislativa. Pessoas físicas não integrantes da administração pública também podem ter o dever de prestar contas ao TCDF, em certos casos.

b) Se, no curso de investigação regularmente realizada por comissão parlamentar de inquérito (CPI), constatar-se a necessidade de acautelar bens de procedência ilícita, para posterior confisco, na hipótese de condenação criminal, deverá o relator ou qualquer membro da comissão propor a medida ao colegiado. Este poderá validamente decretá-la, desde que o faça mediante voto da maioria e com base em fundamentação idônea.

c) Em virtude da natureza de Estado democrático de Direito que a Constituição de 1988 emprestou ao Estado brasileiro, diversos mecanismos de participação popular foram previstos, entre os quais avulta a possibilidade de iniciativa popular para emenda à Constituição.

d) O conceito de decoro parlamentar tem natureza indeterminada, pois depende de interpretação caso a caso e, ademais, leva em consideração fatores políticos, a cargo dos próprios membros do Poder Legislativo. Por essas razões, a Constituição se abstém de prever qualquer forma de tipificação ou remissão, ainda que genérica, de conduta que corresponda à falta de decoro parlamentar.

e) O Poder Legislativo pode instalar comissões parlamentares de inquérito, as quais, nos termos da Constituição, têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciárias; elas podem convocar ministros de Estado para prestar declarações, mas, devido à relação jurídica entre estes e o presidente da República, eles devem obter a concordância do chefe do Poder Executivo para poderem comparecer perante a comissão.

Direito Previdenciário

Questão 100: ESAF - PFN/PGFN/2003

Assunto: Regime Geral de Previdência Social - Benefícios

Com relação ao regime geral da previdência social, beneficiários, benefícios e custeio à luz da legislação previdenciária vigente, assinale a opção correta.

- a) São beneficiários do regime geral: os segurados das diversas categorias, não incluídos os seus dependentes.
- b) O auxílio-funeral é uma espécie de benefício existente no regime geral federal.
- c) Não há diferenças de alíquotas entre os diversos benefícios previdenciários.
- d) Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício.
- e) São dependentes obrigatórios os pais do segurado independentemente da comprovação de dependência econômica.

Questão 101: ESAF - PFN/PGFN/2004

Assunto: Segurados Obrigatórios (RGPS - benefícios)

Considerando os beneficiários do Regime Geral da Previdência, assinale a opção incorreta.

- a) É segurado obrigatório da Previdência Social, como empregado, o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
- b) É segurado obrigatório da Previdência Social, como contribuinte individual, o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
- c) É segurado obrigatório da Previdência Social, como trabalhador avulso, quem presta serviços de natureza urbana ou rural a diversas empresas, sem vínculo empregatício, definidos no Regulamento.
- d) É segurado obrigatório da Previdência Social, como contribuinte individual, quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.
- e) É segurado obrigatório da Previdência Social, como empregado, o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio.

Questão 102: FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Assunto: Segurados Obrigatórios (RGPS - benefícios)

Quanto aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, considere:

- I. Os dependentes preferenciais são aqueles que se encontram na primeira classe de dependentes, que prefere a todas as outras e compreende as figuras do cônjuge, companheiro(a) e filho(a) menor de 18 anos, não emancipado(a) ou inválido(a).
- II. Os segurados obrigatórios são aqueles beneficiários que exercem algum tipo de atividade profissional remunerada, ou seja, os diversos tipos de trabalhadores, inclusive servidores públicos que não participem de regime próprio de previdência social.
- III. Os dependentes do RGPS são aqueles beneficiários que se vinculam à Previdência por manterem com o segurado laços de família e dependência econômica, conforme prescrito em lei, o que caracteriza seu vínculo como acessório, pois exerce direitos em nome do segurado.
- IV. Cônjuge separado judicialmente ou divorciado, com direito a alimentos, preserva a condição de dependente do segurado do RGPS, e eventualmente concorre, em condições de igualdade, com companheira do segurado.

Está correto o que se afirma em

- a) I e III, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, II, III e IV.
- d) II e III, apenas.
- e) II e IV, apenas.

Questão 103: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Das Espécies de Prestações

À luz do texto constitucional, julgue os itens abaixo referentes aos benefícios e serviços que são de competência da Previdência Social:

- I. Cobertura dos eventos de invalidez, morte e idade avançada.
- II. Proteção à família.
- III. Qualificação para o trabalho.
- IV. Garantia de um salário-mínimo ao deficiente físico.

- a) Todos estão corretos.
- b) Somente I está correto.
- c) I e II estão corretos.
- d) I e III estão corretos.
- e) III e IV estão corretos.

Questão 104: FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Assunto: Do Salário-de-Benefício

Sobre os elementos que compõem o cálculo do benefício do Regime Geral de Previdência Social, prescreve a legislação atualmente em vigor.

- a) O salário de benefício compreende a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, correspondentes à 80% de todo o período contributivo, limitado a julho de 1994, multiplicado pelo fator previdenciário no caso dos benefícios que têm a função de substituir o rendimento do trabalho.
- b) O salário de benefício compreende a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, correspondentes à 80% de todo o período contributivo, limitado a julho de 1994, multiplicado pelo fator previdenciário apenas no caso das aposentadorias por tempo de contribuição e por idade, e neste último caso somente se mais favorável ao segurado.

c) O salário de benefício compreende a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, correspondentes à 100% de todo o período contributivo, limitado a julho de 1994, multiplicado pelo fator previdenciário apenas no caso das aposentadorias por tempo de contribuição e por idade, neste último caso somente se mais favorável ao segurado.

d) O fator previdenciário consiste num coeficiente de cálculo, aplicado obrigatoriamente na apuração do salário de benefício dos benefícios previdenciários que tenham a função de substituir o salário de contribuição ou o rendimento do trabalhador, composto pelas variáveis tempo de contribuição, idade e expectativa de sobrevida.

e) O valor da renda mensal inicial do benefício será obtido a partir da multiplicação do salário de benefício pelo percentual de cálculo definido por lei e reajustado periodicamente, nas mesmas datas e pelos mesmos índices de reajustamento definidos na política de valorização do salário-mínimo.

Questão 105: ESAF - PFN/PGFN/2004

Assunto: Dos Benefícios

Considerando os benefícios devidos no Regime Geral da Previdência Social, assinale a opção incorreta.

a) O acidente sofrido pelo segurado, no local e no horário de trabalho, em decorrência de ato praticado por pessoa privada do uso da razão, não constitui acidente do trabalho típico, mas a ele é equiparado para todos os fins legais.

b) O auxílio-doença é devido ao segurado que, preenchendo, quando o caso, o período de carência fixado em lei, ficar incapacitado para o trabalho por período superior a 15 dias.

c) Verificada a adoção de criança com 11 meses de idade por segurada da Previdência Social, será devida a licença-maternidade com duração de 120 dias.

d) O aposentado por invalidez que for declarado apto para o exercício de atividade diversa da que habitualmente exercia, terá preservado o direito à aposentadoria, enquanto permanecer nessa condição, sem prejuízo de seu retorno à atividade.

e) O auxílio acidente é devido, como indenização, ao segurado que apresentar seqüelas permanentes resultantes de acidente de qualquer natureza que implique redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

Questão 106: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da Aposentadoria Por Tempo de Contribuição

No tocante às recentes alterações impostas aos benefícios previdenciários, julgue o item seguinte.

O segurado que preencher as condições para a percepção da aposentadoria por tempo de contribuição integral poderá optar pela não incidência do fator previdenciário no cálculo



da renda mensal inicial se o total resultante da soma de sua idade e de seu tempo de contribuição alcançar os limites mínimos indicados em lei.

- () Certo
() Errado

Questão 107: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Da Aposentadoria Especial

Quanto ao benefício de aposentadoria, dentre as normas reguladoras previdenciárias, consta que

- a) a concessão da aposentadoria por invalidez em caso de doença profissional ou do trabalho no Regime Geral da Previdência Social depende de carência de doze contribuições mensais.
- b) o valor da aposentadoria por invalidez no Regime Geral da Previdência Social do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 30% até que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal.
- c) a aposentadoria por idade no Regime Próprio da Previdência Social será devida ao segurado que, cumprida a carência de 180 contribuições mensais, completar 65 anos de idade, se homem, e 60 se mulher, reduzidos em cinco anos para os que exerçam atividades rurais, exceto os empresários e os professores de qualquer nível ou natureza.
- d) a aposentadoria especial no Regime Geral de Previdência Social será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15, 20 ou 25 anos, conforme dispuser a lei.
- e) os servidores abrangidos pelo regime de previdência própria previsto na Constituição Federal serão aposentados por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ainda que decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.

Questão 108: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Do Auxílio-Doença

No tocante às recentes alterações impostas aos benefícios previdenciários, julgue o item seguinte.

O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a partir do trigésimo dia de seu afastamento da atividade laboral.

- () Certo
() Errado

Questão 109: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Do Auxílio-Acidente

A Lei no 8.213/91 que regulamenta as prestações e os benefícios da Previdência Social estabelece que

- a) a aposentadoria por tempo de serviço, o abono de permanência em serviço, os pecúlios e a reabilitação profissional são benefícios exclusivos do segurado e não se estendem aos seus dependentes.
- b) somente poderão se beneficiar do auxílio-acidente os segurados na qualidade de empregado, incluindo o doméstico, trabalhador avulso e segurado especial.
- c) o auxílio-doença será devido a todos os segurados a contar do 16º dia do afastamento da atividade, independentemente de carência e consistirá numa renda mensal correspondente a 80% do salário-de-benefício.
- d) a pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito ou da decisão judicial, no caso de morte presumida e o valor mensal será de 91 % do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez.
- e) é vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego com pensão por morte e auxílio-acidente, assim como não é permitido o recebimento conjunto de salário maternidade e pensão por morte.

Questão 110: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da Pensão por Morte

No tocante às recentes alterações impostas aos benefícios previdenciários, julgue o item seguinte.

Constatada – em processo judicial em que tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa – simulação ou fraude no casamento ou na união estável com a finalidade de obter benefício previdenciário, o cônjuge, ou o(a) companheiro(a) supérstite, perderá o direito à pensão por morte.

- () Certo
- () Errado

Questão 111: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Decadência e Prescrição (benefícios)

A respeito do acidente de trabalho e das ações judiciais em matéria previdenciária, julgue o item subsequente.



Nos termos do entendimento do STJ, nas demandas ajuizadas pelo INSS contra o empregador do segurado falecido em acidente laboral nas quais se vise o ressarcimento dos valores decorrentes do pagamento da pensão por morte, o termo a quo da prescrição quinquenal será a data do acidente.

- Certo
 Errado

Questão 112: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Da Filiação

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética relativa ao regime geral de previdência social (RGPS), seguida de uma assertiva a ser julgada.

Maria trabalha como gerente de uma empresa privada durante o dia e, à noite, é professora em uma instituição privada de ensino. Nessa situação, apesar de Maria possuir dois empregos, terá um único vínculo com o RGPS, sendo seu salário de contribuição a soma das duas remunerações auferidas no mês, respeitando-se o limite máximo previsto em lei.

- Certo
 Errado

Questão 113: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Da Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição

Considerando a contagem recíproca de tempo de serviço, é correto afirmar:

- a) O tempo de contribuição ou de serviço será contado e acordo com a legislação pertinente, considerando entre outras normas, a admissão da contagem em dobro, em situações especiais.
- b) A aposentadoria por tempo de serviço, com contagem de tempo, será concedida ao segurado do sexo feminino a partir de 30 (trinta) anos completos de serviço, e, ao segurado do sexo masculino, a partir de 25 (vinte e cinco) anos completos de serviço, ressalvadas as hipóteses de redução previstas em lei.
- c) Quando a soma dos tempos de serviço ultrapassar 25 (vinte e cinco) anos, se do sexo feminino, e 30 (trinta) anos, se do sexo masculino, o excesso não será considerado para qualquer efeito.
- d) O benefício resultante de contagem de tempo de serviço será concedido e pago pelo sistema a que o interessado estiver vinculado ao requerê-lo, e calculado na forma da legislação anterior, considerando o direito adquirido do beneficiário.
- e) Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social ou no serviço público é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade

privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente.

Questão 114: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Acidente de Trabalho

Com base na legislação sobre acidentes no trabalho e na jurisprudência acerca da matéria, assinale a opção correta.

- a) Segundo o STJ, compete à justiça do trabalho julgar as causas relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho propostas pelo empregado contra o empregador, excetuadas as ações ajuizadas pelo cônjuge supérstite de empregado falecido em razão de acidente do trabalho.
- b) O pagamento do seguro de acidente de trabalho pelo empregador não exclui a possibilidade de reconhecimento de responsabilidade civil da empresa perante a previdência social, em ação regressiva proposta na justiça estadual.
- c) De acordo com o entendimento do STF, é constitucional a norma que garante ao empregado, após a cessação do auxílio doença acidentário, a estabilidade provisória no emprego por, no mínimo, doze meses, independentemente da percepção de auxílio-acidente.
- d) Consoante a CF, o acidente de trabalho constitui risco social passível de proteção previdenciária, sendo o seguro de acidente de trabalho encargo exclusivo do empregador, dispensando-o do pagamento de indenização por dolo ou culpa.
- e) De acordo com a legislação acidentária, a doença profissional, também conhecida como doença do trabalho, é adquirida ou desencadeada em decorrência de condições especiais de trabalho, estando com elas diretamente relacionada.

Questão 115: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Do tempo de contribuição

Em relação ao tempo de contribuição, considere:

- I. O tempo de contribuição já considerado para concessão de qualquer aposentadoria prevista no Regulamento da Previdência Social ou por outro regime de previdência social.
- II. O período de contribuição efetuada por segurado depois de ter deixado de exercer atividade remunerada que o enquadrava como segurado obrigatório da previdência social.
- III. O tempo de exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, desde que tenha havido contribuição em época própria e não tenha sido contado para efeito de aposentadoria por outro regime de previdência social.



IV. O período em que o segurado esteve recebendo auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, entre períodos de atividade.

Segundo as normas previdenciárias, será considerado como tempo de contribuição o que consta APENAS em

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) II, III e IV.

Questão 116: ESAF - PFN/PGFN/2012

Assunto: Orientações Jurisprudenciais

A respeito do enunciado – "As sociedades civis de prestação de serviços profissionais são isentas da COFINS, irrelevante o regime tributário adotado" –, é correto afirmar que

- a) o enunciado de súmula foi cancelado e não está mais em vigor.
- b) o enunciado referido é do Supremo Tribunal Federal.
- c) o enunciado continua em vigor após a vigência da Lei n. 9.430/96.
- d) o STF entende que a posição jurisprudencial do STJ sobre a matéria era correta.
- e) a posição do STF e do STJ sempre foi convergente nesta matéria.

Questão 117: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Orientações Jurisprudenciais

Acerca da seguridade social no Brasil, assinale a opção correta.

- a) Consoante previsão constitucional, nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio, vedação que se aplica também à previdência privada.
- b) Nos termos da CF, as contribuições para a seguridade social devem ser aplicadas no sistema securitário, excetuando-se 20% do montante arrecadado com contribuições sociais, percentual que será aplicado necessariamente em educação.
- c) Compete privativamente à União legislar sobre previdência social.
- d) O princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios previdenciários é extensivo à saúde e à assistência social, sendo obrigatório o reajuste anual.

e) De acordo com entendimento do STJ, é possível a aplicação de índice inflacionário negativo sobre a correção monetária dos débitos previdenciários, desde que se preserve o valor nominal do montante principal.

Questão 118: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Orientações Jurisprudenciais

A respeito do acidente de trabalho e das ações judiciais em matéria previdenciária, julgue o item subsequente.

De acordo com a jurisprudência do STJ, a posterior reforma de decisão judicial que, tendo antecipado a tutela pleiteada, tiver possibilitado o imediato gozo do benefício previdenciário obrigará o autor da ação a devolver os valores indevidamente recebidos.

Certo

Errado

Questão 119: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Orientações Jurisprudenciais

A respeito do acidente de trabalho e das ações judiciais em matéria previdenciária, julgue o item subsequente.

Nos casos de acidente de trabalho, competirá à justiça comum estadual a apreciação das ações regressivas propostas pelo INSS contra as empresas negligentes.

Certo

Errado

Questão 120: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Súmulas do STF

Antônio, contribuinte empregado aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social em 1994, propõe na justiça ação contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, alegando que seu benefício não foi revisto nos termos do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Ademais, alega que indevidamente o INSS vem recolhendo a contribuição previdenciária sobre o 13º salário. Assim, é correto afirmar que:

a) O pedido referente à incidência indevida da contribuição previdenciária sobre o 13º salário é improcedente.

b) A referida ação deve ser proposta dois anos após a concessão do referido benefício, sob pena de decadência do direito pleiteado.

- c) O pedido da revisão, nos termos do art. 58 da ADCT, deve ser considerado improcedente, independente da época em que o benefício foi concedido.
- d) O segurado está impedido de ajuizar ação contra a instituição previdenciária na vara federal do município em que reside.
- e) Antônio não tem legitimidade para propor ação contra o INSS por estar recebendo benefício.

Direito Processual Civil (Novo CPC - Lei nº 13.105/2015)

Questão 121: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da Improcedência Liminar do Pedido (art. 332)

Em relação a análise de petição inicial e julgamento antecipado parcial de mérito, julgue o seguinte item.

Se, ao analisar a petição inicial, o juiz constatar que o pedido funda-se em questão exclusivamente de direito e contraria entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas, ele deverá, sem ouvir o réu, julgar liminarmente improcedente o pedido do autor.

- () Certo
- () Errado

Questão 122: PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

Assunto: Da Contestação (arts. 335 a 342)

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) As exceções processuais podem ser indeferidas de plano quando manifestamente improcedentes.
- b) A não apresentação da contestação pela Fazenda Pública torna-a revel, mesmo que o litígio verse sobre direitos indisponíveis.
- c) A presunção de veracidade das alegações do autor só é gerada em caso de revelia.
- d) A distinção entre pedido contraposto e reconvenção é formal e consiste na exigência de formulação em peça separada para a segunda.
- e) A extinção da demanda inicial leva à extinção da reconvenção se o pedido do réu está fundado em fatos narrados pelo autor na petição inicial.

Questão 123: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Da Reconvenção (art. 343)

Considere as assertivas a seguir sobre a reconvenção.

I. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

II. O réu não pode propor reconvenção se não oferecer contestação.

III. A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta o prosseguimento da reconvenção.

IV. A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro ou pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

V. Se o autor for substituto processual, o reconvinde deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) II, IV e V.
- b) I, II e III.
- c) I, IV e V.
- d) II, III e IV.
- e) III, IV e V.

Questão 124: PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

Assunto: Do Julgamento Conforme o Estado do Processo (arts. 354 a 357)

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Parte da demanda pode se tornar incontroversa após o término da fase postulatória e ensejar pedido de antecipação de tutela.
- b) O julgamento antecipado da lide depende de requerimento da parte.
- c) Equiparam-se os efeitos da antecipação de tutela da parcela incontroversa da demanda e aqueles do julgamento antecipado da lide.
- d) A citação válida é requisito para o julgamento de mérito da lide.
- e) A revelia acarretará, mediante requerimento do autor, a antecipação da tutela pretendida devido à ausência de controvérsia.

Questão 125: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Do Julgamento Conforme o Estado do Processo (arts. 354 a 357)

Em relação a análise de petição inicial e julgamento antecipado parcial de mérito, julgue o seguinte item.

Cabe recurso de apelação contra julgamento antecipado parcial de mérito proferido sobre matéria incontroversa.

() Certo

() Errado

Questão 126: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Das Provas (arts. 369 a 484)

Segundo disposições do novo Código de Processo Civil sobre o direito probatório,

a) as partes podem, independentemente da natureza do direito em disputa, antes ou durante o processo, convencionar a forma de distribuição do ônus da prova de forma diversa da estabelecida pela lei, desde que sejam capazes para a celebração do negócio jurídico processual.

b) a nova legislação abandonou completamente o modelo de distribuição estática do ônus da prova, contemplada pela legislação revogada, que atribuía o ônus da prova ao autor em relação aos fatos constitutivos de seu direito, e ao réu com relação à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, passando a existir uma distribuição judicial do ônus da prova para cada demanda.

c) a nova legislação prevê expressamente a possibilidade de produção antecipada da prova ainda que não haja situação de urgência que justifique tal antecipação, desde que a prova seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução do litígio ou o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.

d) a lei não assegura expressamente à parte o direito de não produzir prova contra si própria, mas tal aplicação decorre dos princípios constitucionais da legalidade, da ampla defesa e do devido processo legal.

e) a ata notarial e as declarações prestadas por meio de escritura pública têm eficácia probatória não somente da declaração, como também do fato declarado, que se presume verdadeiro, salvo se existir prova em sentido contrário.

Questão 127: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Das Provas (arts. 369 a 484)

A prova por livros empresariais e escrituração contábil, sujeita-se à seguinte regra:

a) O juiz sempre poderá ordenar, de ofício ou a requerimento da parte, a exibição integral dos livros empresariais e dos documentos do arquivo, militando a recusa a favor da parte a quem aproveita.

b) Os livros empresariais, ainda que preenchidos os requisitos legais, só fazem prova contra seu autor.

c) A escrituração contábil é indivisível, e, se dos fatos que resultam dos lançamentos, uns são favoráveis ao interesse de seu autor e outros lhe são contrários, ambos serão considerados em conjunto, como unidade.

d) Não é lícito aos empresários provar que os lançamentos em seus livros não correspondem à verdade dos fatos.

e) Somente nos litígios entre sócios o juiz poderá determinar a exibição integral ou parcial dos livros empresariais, sendo que, em outros litígios, a prova deve ser pericial.

Questão 128: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Súmulas e Jurisprudência do STF e STJ em Processo Civil

À luz da jurisprudência do STJ, julgue o seguinte item, referente ao litisconsórcio e à intervenção de terceiros.

Na hipótese de os litisconsortes passarem a ter procuradores distintos no curso do processo, quando já iniciado o prazo recursal, somente se aplicará o benefício do prazo em dobro à parte do prazo ainda não transcorrida até aquele momento.

Certo

Errado

Questão 129: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Súmulas e Jurisprudência do STF e STJ em Processo Civil

A respeito da sentença, do cumprimento de sentença, da execução e da penhora, julgue o item que se segue.

De acordo com entendimento firmado no STJ, para se evitar o abuso de direito, é defesa a penhora on line de numerário, caso os valores sejam irrisórios.

Certo

Errado

Questão 130: FUNDATEC - Proc (PGE RS)/PGE RS/2015

Assunto: Súmulas e Jurisprudência do STF e STJ em Processo Civil

O Código de Processo Civil prevê a ação monitória nos artigos 1.102-A, 1.102-B e 1.102-C. Trata-se de procedimento especial concentrado, cujo objetivo é a formação célere de título executivo judicial, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo para acesso às vias da execução forçada. Sobre a ação monitória, assinale a alternativa correta.

- a) A ação de execução, cujo título não se revista do requisito da liquidez, poderá ser convertida em ação monitória, em qualquer momento processual, de ofício pelo juiz ou a requerimento das partes, em respeito aos princípios da instrumentalidade das formas e da economia processual.
- b) A ação monitória não é cabível contra a Fazenda Pública, uma vez que serviria para burlar o regime de precatório, bem como não se operam os efeitos materiais da revelia contra a Fazenda Pública.
- c) A Fazenda Pública nunca possuirá interesse de agir em ajuizar ação monitória contra particular, tendo em vista a prerrogativa de sempre constituir, unilateralmente, título executivo em seu favor, que servirá para lastrear ação de execução.
- d) Já que a ação monitória é procedimento especial, com nuances e características distintas do procedimento comum ordinário, não é permitido ao réu, em qualquer hipótese, deduzir pretensão contra o autor mediante reconvenção, por conta da incompatibilidade procedimental.
- e) Apesar da necessidade de nomeação de curador para o réu revel citado por edital, que possui a obrigação legal de apresentar contestação, ainda que genérica, é cabível a citação por edital na ação monitória, havendo compatibilidade procedimental.

Questão 131: FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Assunto: Súmulas e Jurisprudência do STF e STJ em Processo Civil

Em ação que tramitava perante o Juizado Especial, o Procurador do Estado foi impedido de ter acesso aos autos, sob o argumento de que não teria procuração. Reputando a negativa ilegal, a Procuradoria do Estado impetrou mandado de segurança, que, de acordo com Súmula do Superior Tribunal de Justiça, deverá ser apreciado

- a) pelo Plenário do Tribunal de Justiça.
- b) pelo Juiz Corregedor do Juizado Especial.
- c) por uma das Câmaras do Tribunal de Justiça.
- d) pela Turma Recursal.
- e) pelo Juiz responsável pelo processo.

Questão 132: ESAF - PFN/PGFN/2015

Assunto: Súmulas e Jurisprudência do STF e STJ em Processo Civil

A responsabilidade patrimonial é tema dos mais discutidos nos tribunais, especialmente quando se trata da cobrança do crédito público. Sobre o assunto, assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência majoritária.

- a) O patrimônio da empresa matriz responde pelos débitos da filial e vice-versa, sendo possível a penhora dos bens de uma por outra, por meio do sistema de penhora de ativos financeiros.
- b) Não identificados bens da pessoa jurídica devedora no transcurso da execução fiscal, é possível o seu redirecionamento aos sócios gerentes, em razão da responsabilidade solidária existente entre ambos.
- c) Diante das garantias do crédito fiscal, a meação do cônjuge responde pelo ato ilícito, mesmo se não houver prova de que o enriquecimento dele resultante aproveitou ao casal.
- d) A responsabilidade patrimonial das empresas de um mesmo grupo econômico não depende da realização conjunta da situação configuradora do fato gerador, mas apenas do mero interesse econômico na consecução de referida situação.
- e) A indisponibilidade de bens e direitos, prevista no Código Tributário Nacional, decretável quando o devedor tributário, citado, não paga nem apresenta bens à penhora no prazo legal, independe do esgotamento das diligências para localização de bens.

Questão 133: ESAF - PFN/PGFN/2015

Assunto: Súmulas e Jurisprudência do STF e STJ em Processo Civil

Quanto às prerrogativas da Fazenda Pública, assinale a opção correta.

- a) As sociedades de economia mista se enquadram no conceito de Fazenda Pública, dispondo de prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
- b) O prazo para a apresentação de originais de recurso protocolado via fax inicia-se no dia seguinte ao termo final do prazo legal, ainda que o fax tenha sido transmitido antes, durante seu curso.
- c) Para a Fazenda Pública, conta-se em dobro o prazo legal de juntada dos originais do recurso interposto via fax.
- d) Quando a Fazenda Pública ingressa no feito na condição de terceiro interessado, não dispõe das prerrogativas de prazo diferenciado.
- e) A Fazenda Pública dispõe de prazo em dobro para contestar, recorrer e de forma geral falar nos autos.

Questão 134: ESAF - PFN/PGFN/2015

Assunto: Súmulas e Jurisprudência do STF e STJ em Processo Civil

Diante da declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, da inconstitucionalidade da sistemática de compensação de precatórios instituída pela EC n. 62/2009, pode-se afirmar, sobre a penhora de precatórios, que:

- a) não se admite a penhora de precatórios, pois tal ato importa nítida afronta à coisa julgada.
- b) as penhoras de precatórios efetuadas até o julgamento do STF serão mantidas, estando inabilitadas constringências posteriores.
- c) a inconstitucionalidade reconhecida pelo STF a respeito da compensação dos precatórios não prejudica a penhora de precatórios, sendo aceita pela jurisprudência.
- d) os pagamentos efetuados à Fazenda Pública mediante penhora de precatório devem ser objeto de devolução administrativa aos respectivos beneficiários.
- e) os pagamentos efetuados à Fazenda Pública mediante penhora de precatório devem ser objeto de devolução exclusivamente judicial aos respectivos beneficiários.

Questão 135: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Súmulas e Jurisprudência do STF e STJ em Processo Civil

De acordo com a jurisprudência dominante nos Tribunais Superiores a respeito do mandado de segurança e de ações coletivas,

- a) o termo inicial do prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança, na hipótese de exclusão do candidato do concurso público nas hipóteses em que causa de pedir envolva questionamento de critério do edital, é contado a partir da publicação de referido edital.
- b) é competente o Tribunal de Justiça para conhecer de mandado de segurança contra ato do juizado especial.
- c) a impetração de segurança por terceiro, contra ato judicial, é condicionada a interposição de recurso.
- d) a legitimidade das associações para representar os interesses dos associados em ações coletivas depende de autorização expressa dos associados, salvo no que diz respeito ao mandado de segurança coletivo, que independe de autorização.
- e) ajuizada ação coletiva atinente a macrolide geradora de processos multitudinários, não se suspendem as ações individuais no aguardo do julgamento da ação coletiva.

Questão 136: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Súmulas e Jurisprudência do STF e STJ em Processo Civil

A respeito dos procedimentos especiais, em conformidade com as disposições do novo Código de Processo Civil e a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores,

- a) a imissão provisória na posse do imóvel objeto de desapropriação, caracterizada pela urgência, não prescinde de avaliação prévia ou de pagamento integral.

- b) no litígio coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho afirmado na petição inicial tiver ocorrido há mais de ano e dia, o juiz somente poderá apreciar o pedido de liminar depois de designar audiência de mediação.
- c) caso a Fazenda Pública seja ré em ação monitória e não apresente embargos após o mandado monitório, deverá imediatamente seguir o procedimento de execução contra a Fazenda Pública.
- d) em ação de usucapião, o possuidor e os confinantes devem ser citados, pessoalmente ou por edital.
- e) a ação monitória pode ser proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, desde que o documento tenha sido emitido pelo devedor ou nele conste sua assinatura.

Questão 137: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Súmulas e Jurisprudência do STF e STJ em Processo Civil

Sobre o processo civil tributário, considere:

- I. O Estado é parte legítima para figurar no polo passivo das ações propostas por servidores públicos estaduais que visam ao reconhecimento do direito à isenção ou à repetição do indébito relativo ao imposto de renda retido na fonte.
- II. O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.
- III. O consumidor tem legitimidade para propor ação declaratória cumulada com repetição de indébito que busca afastar, no tocante ao fornecimento de energia elétrica, a incidência do ICMS sobre a demanda contratada e não utilizada.
- IV. O depósito prévio previsto no art. 38, da LEF – Lei de Execução Fiscal, constitui condição de procedibilidade da ação anulatória de débito fiscal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) III e IV.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

Questão 138: Com. Org. (PGE MS) - Proc (PGE MS)/PGE MS/2014

Assunto: Súmulas e Jurisprudência do STF e STJ em Processo Civil

A parte B, ao contestar determinada demanda, alegou dois fundamentos para a improcedência: inexistência do direito material afirmado na inicial e prescrição da ação. Na sentença de primeira instância o primeiro argumento da parte B (inexistência de direito material) foi acolhido e o pedido julgado improcedente. Houve recurso da parte A, autora da ação. O recurso não foi provido. A parte A, vencida também na segunda instância, manejou recurso extraordinário ao STF. A tese da prescrição não foi apreciada nem mencionada nas contrarrazões ao recurso extraordinário. O recurso extraordinário fora provido monocraticamente afastando o fundamento acolhido no acórdão recorrido (inexistência de direito material). Em sequência, a parte B manejou agravo regimental para que a matéria sobre a prescrição fosse apreciada. O agravo regimental foi rejeitado à unanimidade pela Turma, sob o argumento de que não teria havido prequestionamento da tese acerca da prescrição.

Analise as seguintes possibilidades:

I - A parte B deve propor embargos de declaração, com efeitos infringentes, para que o STF aprecie, se entender pertinente, a questão da prescrição, mesmo não tendo sido discutida no Tribunal de origem, posto que cumpre ao STF, ao prover o recurso extraordinário, aplicar o direito à espécie, nos termos de sua súmula 456.

II - Admite-se a propositura de embargos de declaração, com efeitos infringentes, para que o STF determine o retorno dos autos ao Tribunal de origem para examinar a matéria prescricional.

III - Os embargos de declaração podem ser propostos, mas não serão admitidos, porque houve ausência de prequestionamento, fato impeditivo para apreciação da matéria no STF.

Agora escolha a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I está correta
- b) Apenas a assertiva II está correta
- c) Apenas a assertiva III está correta
- d) As assertivas I e II estão corretas cabendo ao STF examinar a ocorrência da prescrição ou remeter a apreciação da matéria ao juízo recorrido.
- e) Nenhuma das assertivas está correta porque na hipótese não se admite a propositura de embargos de declaração no STF contra acórdão que nega provimento a agravo regimental por ausência de prequestionamento. Assim, os embargos de declaração não podem ser conhecidos por ausência de omissão.

Questão 139: Com. Org. (PGE MS) - Proc (PGE MS)/PGE MS/2014

Assunto: Súmulas e Jurisprudência do STF e STJ em Processo Civil

Marque a alternativa correta:

- a) A motivação da sentença é importante para a respectiva interpretação, mas não prevalece sobre sua parte dispositiva, a única que produz os efeitos da coisa julgada.

- b) Nenhuma sentença de natureza terminativa proferida em desfavor da Fazenda Pública se sujeita ao reexame necessário.
- c) As hipóteses de dispensa do reexame necessário previstas no art. 475 do CPC se aplicam ao mandado de segurança, segundo entendimento majoritário e recente do Superior Tribunal de Justiça.
- d) O prazo para o MP e a Fazenda Pública recorrerem conta-se em dobro exceto nos processos de MS (LMS), de Recuperação de Empresas e de Falência (LRE), de execução fiscal (LEF), da infância e juventude (ECA), do consumidor (CDC), nos quais os prazos são específicos.
- e) Segundo entendimento doutrinário mais recente e majoritário, a ação de nulidade fundada em vícios transrescisórios de uma determinada decisão judicial é ação meramente declaratória.

Questão 140: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Súmulas e Jurisprudência do STF e STJ em Processo Civil

Julgue o item subsequente, relativo a ação civil pública, mandado de segurança e ação de improbidade administrativa.

Situação hipotética: O estado do Amazonas, por intermédio de sua procuradoria, ajuizou ação civil pública na justiça estadual do Amazonas, com o objetivo de prevenir danos ao meio ambiente. Paralelamente, o MPF ingressou com ação idêntica na justiça federal, seção judiciária do Amazonas. Assertiva: Nesse caso, as respectivas ações deverão ser reunidas na justiça federal da seção judiciária do Amazonas.

- () Certo
- () Errado

Direito Tributário

Questão 141: ESAF - Proc DF/PGDF/2004

Assunto: Impostos

Avalie as indagações abaixo e, em seguida, assinale a opção que apresenta resposta correta.

Admite-se a progressividade do IPTU em razão do valor do imóvel?

Na venda de salvados de sinistro pela seguradora incide o ICMS?

Admite-se que os Municípios e o Distrito Federal, mediante decreto, atualizem o IPTU em percentual superior ao índice oficial de correção monetária?

O campo de incidência do IPVA inclui embarcações e aeronaves?

- a) Não, sim, não, sim
- b) Não, não, sim, sim
- c) Sim, não, não, não
- d) Sim, não, sim, não
- e) Sim, sim, não, não

Questão 142: FUNRIO - Proc (PEG TO)/PGE TO/2007

Assunto: Conceito de Imposto

No que se refere à definição de imposto, é correto afirmar:

- a) Ser tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação dependente de qualquer atividade estatal específica.
- b) Ser toda a prestação pecuniária devida à Administração Pública, incluindo as sociedades de economia mista.
- c) Ser uma exação vinculada, cujo fato gerador não se liga a uma atividade estatal não específica.
- d) Imposto e taxa se diferenciam em face de seu sujeito ativo, sendo o primeiro devido à União e o segundo a Estados e Municípios.
- e) Ser tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica.

Questão 143: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Imposto de Renda - IR (CF/1988 e CTN)

Na questão, assinale a opção que completa, corretamente, o respectivo enunciado.

A aquisição de disponibilidade jurídica de acréscimos patrimoniais corresponde ao fato gerador

- a) do imposto sobre heranças e doações
- b) da contribuição social de interesse das categorias econômicas
- c) do imposto sobre a renda e proventos
- d) do imposto territorial rural, no caso de acessão ou avulsão
- e) do imposto sobre a transmissão causa mortis ou inter vivos, nos territórios federais



Questão 144: ESAF - PFN/PGFN/2012

Assunto: Imposto de Renda - IR (CF/1988 e CTN)

Sobre o Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza, julgue os itens a seguir, para então assinalar a opção que corresponda às suas respostas.

I. Como renda deve-se entender a aquisição de disponibilidade de riqueza nova, na forma de um acréscimo patrimonial, ao longo de um determinado período de tempo.

II. Tanto a renda quanto os proventos de qualquer natureza pressupõem ações que revelem mais-valias, isto é, incrementos na capacidade contributiva.

III. Limitações temporais ou quantitativas com relação às despesas e provisões não necessariamente guardam estrita compatibilidade com a teoria do acréscimo patrimonial e com a atividade do contribuinte.

IV. Embora haja diversas teorias que se destinem a delinear o conceito de renda, em todas prevalece a ideia de que haja a necessidade de seu confronto com o conjunto de desembolsos efetivados relativamente ao conjunto das receitas.

V. Pode-se afirmar, a partir de alguns julgados do Supremo Tribunal Federal, que o conceito legalista/fiscalista de renda, assim considerado aquilo que a legislação do imposto de renda estabelecer que é, está ultrapassado.

Estão corretos apenas os itens:

- a) II, IV e V.
- b) I, II e III.
- c) II, III, IV e V.
- d) I, II, IV e V.
- e) todos os itens estão corretos.

Questão 145: ESAF - PFN/PGFN/2003

Assunto: Demais Impostos Federais - IOF, ITR, IGF, II e IR (CF/1988 e CTN)

Nos termos do Código Tributário Nacional, constitui base de cálculo do imposto, de competência da União, sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários, entre outras hipóteses:

- a) Quanto às operações de seguro, o montante do valor contratado que a seguradora deverá pagar ao segurado na hipótese de ocorrência de sinistro.
- b) Quanto às operações relativas a títulos e valores mobiliários, na emissão, o valor nominal do título menos o deságio, se houver.

- c) Quanto às operações relativas a títulos e valores mobiliários, na transmissão, o preço ou o valor nominal, ou o valor da cotação em Bolsa, conforme determinar decreto do Poder Executivo.
- d) Quanto às operações de câmbio, o respectivo montante em moeda nacional, recebido, entregue ou posto à disposição.
- e) Quanto às operações de crédito, o montante da obrigação, exclusive os juros.

Questão 146: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Demais Impostos Federais - IOF, ITR, IGF, II e IR (CF/1988 e CTN)

O Código Tributário Nacional dispõe que o fato gerador do imposto de importação é a entrada do produto estrangeiro no território nacional, não esclarecendo exatamente quando se considera ocorrida essa entrada.

Quanto à tributação de produtos alienígenas, observe as asserções seguintes e avalie se elas são verdadeiras ou falsas.

1. A legislação do IPI esclarece que o fato gerador desse imposto (sobre produtos industrializados) é o desembaraço aduaneiro, quando de procedência estrangeira, considerando-se ocorrido esse desembaraço relativamente à mercadoria que constar como tendo sido importada e cujo extravio seja verificado pela autoridade fiscal.
2. É na data do registro da declaração de importação de mercadoria submetida a despacho para consumo que se considera ocorrido o fato gerador do imposto de importação.
3. Como o CTN dispõe que, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação, para efeito de cálculo do imposto os valores expressos em moeda estrangeira deverão ser convertidos em moeda nacional à taxa de câmbio vigente na data da entrada do bem em águas territoriais nacionais.

- a) As três afirmações são verdadeiras.
- b) Só é verdadeira a primeira asserção.
- c) Só é falsa a terceira afirmação.
- d) Só são verdadeiras as duas últimas.
- e) São todas falsas.

Questão 147: COPS UEL - Proc (PGE PR)/PGE PR/2011

Assunto: Impostos Estaduais

Assinale a alternativa correta:

- a) o imposto de transmissão causa-mortis e doação de quaisquer bens ou direitos, no que diz respeito aos bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado ou ao Distrito Federal do domicílio onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador;
- b) o ITCMD e o ICMS têm suas alíquotas máximas e mínimas fixadas pelo Senado Federal;
- c) é facultado ao Senado Federal fixar alíquotas máximas para o IPVA;
- d) pertencem aos municípios vinte por cento (20%) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação e também do imposto sobre propriedade de veículos automotores licenciados em seu território;
- e) a União entregará aos Estados e ao Distrito Federal dez por cento (10%) do produto da arrecadação do IPI, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

Questão 148: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Considerando o sistema tributário aplicável ao ICMS e ao ISS, assinale a opção correta.

- a) O ICMS não pode incidir sobre operações relativas à energia elétrica e a lubrificante e combustíveis líquidos e gasosos, por essas operações estarem sujeitas, apenas, a imposto único.
- b) O ICMS incide sobre a realização de qualquer tipo de operações relativas à circulação de mercadorias, quer essa circulação seja jurídica, quer seja meramente física.
- c) O ICMS não incide, em qualquer situação, sobre o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao ISS, de competência dos Municípios.
- d) O ICMS deve ter por hipótese de incidência as operações jurídicas que, praticadas por comerciante, industrial ou produtor, acarrete só circulação de mercadorias que consagre transmissão de sua titularidade.
- e) A base de cálculo do ICMS incidente sobre energia elétrica é o valor fixado pela Agência Reguladora (ANEEL), que pode ser, portanto, diferente do preço pago pelo consumidor.

Questão 149: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Considerando as regras constitucionais e infraconstitucionais sobre o ICMS, assinale a opção correta.

- a) É ilegítima a incidência do ICMS sobre operações de compra e venda de combustíveis em outro Estado, por empresa, para uso próprio, em face da regra de imunidade tributária prevista na Constituição Federal.
- b) Os Estados não estão autorizados, pela Constituição Federal, a reduzir, a título de despesas, a parcela de 20% do produto da arrecadação do ICMS, que, pela própria CF, é atribuída aos Municípios.
- c) É ilícita a cobrança do ICMS sobre produtos industrializados sob o regime de alíquota zero.
- d) É inconstitucional dispositivo posto em Lei Complementar, bem como Convênio apoiado nessa regra legal, que atribui ao CONFAZ a permissibilidade para elaborar lista de produtos industrializados semi-elaborados a serem tributados quando exportados.
- e) A cobrança de ICMS sobre mercadorias importadas do exterior não pode ser feita por ocasião do desembarço aduaneiro, em razão de o momento adequado ser o da entrada no estabelecimento do importador.

Questão 150: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Considerando os aspectos tributários dos serviços de telecomunicações e de energia elétrica, assinale a opção correta.

- a) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite ser legal a cobrança pelo Município de taxas, preço ou qualquer outra espécie de remuneração, por haver uso e ocupação de solo por parte de concessionário de serviço público de energia elétrica.
- b) Não há incidência de ICMS sobre as receitas auferidas pelas operadoras brasileiras pertinentes à prestação de serviços de roaming sainle (cliente da operadora brasileira fazendo/recebendo ligações no exterior) e há incidência de ICMS sobre as receitas pertinentes à remuneração pela cessão de suas redes às operações estrangeiras – roaming entrante (ou receptivo).
- c) Ao submeter à incidência do ICMS sobre a prestação dos serviços de telecomunicações, a Constituição Federal não permite a sua inclusão sobre a mera disponibilização de meios, nem sobre a execução de atividades não necessárias ou não suficientes à realização do efeito de comunicação.
- d) O serviço de comunicação tributável pelo ICMS, por não ter definição legal, é conceituado como sendo qualquer um consumado de modo oneroso ou gratuito e efetuado por qualquer meio posto à disposição do contribuinte, pouco importando que a comunicação se complete.
- e) A Constituição Federal, ao prescrever a competência dos Estados e do Distrito Federal para instituir impostos sobre proteção de serviços de comunicação, ainda que as prestações se iniciem no exterior, permite que esses serviços sejam passíveis de incidência tributária por ICMS e por outros impostos.

Questão 151: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Considerando que uma autarquia federal que não vise à exploração da atividade econômica e não cobre tarifa ou preço por serviços prestados tenha adquirido um prédio para instalação de sua administração no DF, julgue o item que se segue, relativo a essa situação hipotética, à competência tributária e às regras de limitação dessa competência.

O DF pode conceder remissão de ICMS a empresários, de forma autônoma e independente de autorização de qualquer órgão federal, dado que a CF lhe garantiu competência plena.

() Certo

() Errado

Questão 152: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Paulo e Jorge, residentes em Goiânia – GO e sem endereço fixo no DF, iniciaram um negócio de vendas de veículos em uma sala no DF para moradores tanto do DF quanto de outros estados, sendo as operações comerciais todas feitas a pedido de clientes que deixavam seus veículos para venda. Após denúncia, o fisco do DF constatou que as operações de venda dos veículos estavam sendo feitas sem o pagamento do respectivo tributo e que não havia inscrição no cadastro fiscal de qualquer sociedade empresária para a realização de tais operações.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, julgue o seguinte item.

A espécie de tributo gerado em função da operação, inclusive da venda de veículos para pessoas de fora do DF, é o ICMS, dada a existência efetiva de circulação de mercadorias.

() Certo

() Errado

Questão 153: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Em se tratando de isenção do ICMS, assinale, entre as opções abaixo apresentadas, a que está correta.

a) A concessão e revogação de isenções do ICMS pelos Estados-membros independe de Lei Complementar à Constituição Federal.

b) É constitucional ato governamental do Executivo Estadual que concede isenção do ICMS em operações internas, haja vista ser desnecessário para tal a existência de convênio e regulação por Lei Complementar.

c) As regras constitucionais que impõem um tratamento federativo uniforme em matéria de ICMS no trato de isenção, atentam contra o princípio da autonomia dos Estados-membros e do Distrito Federal.

d) Os Estados-membros, para concederem isenção fiscal de ICMS, necessitam, apenas, de autorização do Poder Legislativo, por via de Resolução da respectiva Mesa Diretora.

e) A concessão de isenções do ICMS só é admitida quando existir, a respeito, deliberação dos Estados-membros e do DF, mediante convênio.

Questão 154: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

A respeito da concessão, pelos entes da Federação, de benefício fiscal em relação ao ICMS, julgue o item subsecutivo.

De acordo com a CF, cabe a lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos estados e do DF, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

Certo

Errado

Questão 155: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

A respeito da concessão, pelos entes da Federação, de benefício fiscal em relação ao ICMS, julgue o item subsecutivo.

Sendo o ICMS um tributo estadual, a concessão de benefícios fiscais a ele relacionada deve ser feita por meio de atos administrativos normativos, como decretos.

Certo

Errado

Questão 156: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

A respeito da concessão, pelos entes da Federação, de benefício fiscal em relação ao ICMS, julgue o item subsecutivo.

Por ser um tributo de importância nacional, o ICMS só pode ser concedido pelos entes da Federação mediante autorização do Senado Federal, ao qual cabe, inclusive, prescrever suas alíquotas em determinados casos.

- () Certo
() Errado

Questão 157: FCC - Proc (PGE AM)/PGE AM/2010

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Em não havendo disposição legal em contrário, a isenção não onerosa, para o ICMS, concedida mediante lei,

- a) exige a manutenção dos créditos do ICMS para operações subsequentes.
- b) pode ser revogada mediante Decreto, desde que com fundamento jurídico.
- c) não implica crédito para compensação com o imposto devido nas operações subsequentes.
- d) gera direito adquirido, não podendo ser revogada a qualquer tempo.
- e) não gera direito adquirido, devendo ser revogado por Emenda Constitucional.

Questão 158: FCC - Proc (PGE AM)/PGE AM/2010

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Nas operações interestaduais entre contribuintes do ICMS, via de regra,

- a) a alíquota interestadual é inferior a alíquota interna.
- b) a alíquota interna é inferior a alíquota interestadual.
- c) as alíquotas devem ser idênticas.
- d) as alíquotas serão sempre variáveis, dependendo do Estado de origem.
- e) existe apenas uma alíquota interestadual, aprovada pelo Senado Federal.

Questão 159: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Julgue o item a seguir, que versam sobre a aplicação das normas constitucionais relativas ao ICMS.

Se uma indústria sediada em Manaus adquire insumos importados isentos de ICMS e se, na venda, seu produto é tributável, então ela poderá creditar-se de ICMS presumido pela aquisição isenta, para efeito de pagamento desse imposto.

- Certo
- Errado

Questão 160: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Julgue o item a seguir, que versam sobre a aplicação das normas constitucionais relativas ao ICMS.

Caso um contribuinte de Manaus exporte para o exterior produtos para cuja produção tenha adquirido insumos tributados com ICMS, ele terá direito ao aproveitamento dos respectivos créditos obtidos nas aquisições dos insumos.

- Certo
- Errado

Questão 161: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

A forma como os Estados e o Distrito Federal podem deliberar sobre concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS deve ser regulada em

- a) Lei complementar.
- b) Lei ordinária de cada Estado e do Distrito Federal.
- c) Decreto legislativo do Congresso Nacional.
- d) Resolução do Senado Federal.
- e) Convênio celebrado entre os Estados e o Distrito Federal.

Questão 162: FCC - Proc (PGE RO)/PGE RO/2011

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Sr. Jorge, empresário do setor de calçados promove a importação de um veículo esportivo de luxo, proveniente da Itália, que será de sua utilização pessoal e exclusiva, sendo que todo processo fiscal de importação foi realizado em seu nome. Diante dessa operação, o ICMS

- a) será devido, ainda que o adquirente não seja contribuinte habitual do ICMS.
- b) não será devido, uma vez que o adquirente (pessoa física) não é contribuinte do ICMS, não realizando a aquisição do veículo com habitualidade.

- c) não será devido, uma vez que o veículo está sendo adquirido para uso pessoal e exclusivo, não sendo destinado à revenda ou locação.
- d) será devido em razão do princípio da capacidade contributiva por se tratar de artigo de luxo.
- e) será devido, uma vez que o adquirente é proprietário de empresa comercial, sendo esta contribuinte do ICMS.

Questão 163: FUNDATEC - Proc (PGE RS)/PGE RS/2015

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Quanto à regulamentação constitucional do ICMS, analise as assertivas abaixo:

- I. As alíquotas das operações interestaduais são fixadas pelo Senado Federal, por resolução.
- II. Salvo determinação em contrário da legislação, a isenção, na operação de venda, acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.
- III. Consoante a dicção constitucional, o ICMS terá de ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- IV. As exportações são imunes e acarretam a anulação do crédito relativo às operações anteriores, salvo determinação em contrário da legislação.

Após a análise, pode-se dizer que:

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Está correta apenas a assertiva II.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 164: FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2012

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

I - De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, incide o Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) na transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular.

II - A adoção do regime de substituição tributária em operações interestaduais submetidas ao ICMS depende apenas de previsão em lei estadual.

III - É admitida a transferência de saldo credor do ICMS por estabelecimentos que destinarem mercadorias ao exterior, na proporção que essas saídas representem do total das saídas realizadas pelo estabelecimento.

IV - O ICMS não incide sobre operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem ao arrendatário.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- c) Todas as assertivas estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.

Questão 165: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Tendo em vista calamidade pública, regularmente decretada pelo Governador do Estado, e a necessidade de elevação dos níveis de arrecadação de Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, Imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA e Imposto sobre transmissão causa mortis e doação – ITD, é INCORRETA a adoção da seguinte medida:

- a) aumento do ICMS sobre bens supérfluos, mediante lei estadual, para vigência após decorridos noventa dias da edição da lei correspondente.
- b) revisão, mediante os atos infralegais pertinentes, das margens de valor adicionado utilizadas para o cálculo do ICMS devido no regime de antecipação tributária, para vigência imediata.
- c) aumento, por meio de lei editada no mês de julho do ano corrente, das bases de cálculo do IPVA, para vigência no ano seguinte ao de sua edição.
- d) antecipação dos prazos de recolhimento dos impostos estaduais, para vigência imediata.
- e) elevação, por meio de lei, das alíquotas do ITD aplicáveis a partir dos fatos geradores ocorridos durante o ano-calendário 2017, respeitando-se o prazo mínimo de noventa dias contados da edição da lei.

Questão 166: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

A pessoa jurídica DAMALINDA, dedicada ao varejo de vestuários, é composta por dois sócios, um dos quais assumiu a administração da empresa conforme previsto em seus atos constitutivos. Em razão de dificuldades financeiras, essa empresa passou a interromper os

recolhimentos do ICMS, visando a obter recursos para o pagamento de seus empregados e fornecedores. Não obstante a inadimplência, a empresa continuou a declarar o valor mensalmente devido. Após certo período de tempo, a atividade se revelou efetivamente inviável, e o administrador optou por encerrar suas atividades e fechou todas as lojas, leiloando em um site de internet todo o saldo de estoques. A decisão deste administrador

I. foi acertada, pois se a empresa estava em dificuldades não haveria motivo para continuar com as atividades e incrementar a inda mais seu passivo tributário.

II. foi incorreta, pois ao simplesmente fechar as portas das lojas ficou caracterizada a dissolução irregular, o que poderá justificar o futuro redirecionamento de execuções fiscais à pessoa física dos sócios.

III. foi incorreta, pois o administrador poderia ter recorrido a remédios legais para a proteção de empresas em dificuldade, tais como a recuperação de empresas e a falência, ao invés de simplesmente encerrar suas atividades sem a comunicação aos órgãos administrativos competentes.

IV. não alterou a situação legal do outro sócio no tocante à respectiva responsabilidade pelo crédito tributário, uma vez que todos os sócios respondem pelos débitos fiscais da sociedade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) II.
- d) III.
- e) IV.

Questão 167: Com. Org. (PGE MS) - Proc (PGE MS)/PGE MS/2014

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Analisar as assertivas abaixo e assinalar a opção correspondente:

I - Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no momento do desembaraço aduaneiro de mercadorias ou bens importados do exterior. E o sujeito ativo da relação jurídico-tributária do ICMS é o Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, pouco importando se o desembaraço aduaneiro ocorreu por meio de ente federativo diverso.

II - A Emenda Constitucional 33/01 ampliou o campo de incidência do ICMS ao aludir à entrada de bem ou mercadoria importados do exterior. Assim, pode-se concluir que a importação de bem, para consumo, para integrar o ativo fixo ou para uso próprio do adquirente, ficou sujeita à incidência do tributo, sem que isso implique em bis in idem.

III - O sujeito passivo do ICMS é o adquirente-importador, seja ele pessoa física ou jurídica, e não a pessoa que promove a exportação sediada no exterior.

IV - O valor fixado pela autoridade aduaneira para base de cálculo do imposto de importação, nos termos da lei aplicável, não poderá substituir o preço declarado pelo contribuinte para fins de cobrança do ICMS.

- a) Todas estão corretas.
- b) Todas estão incorretas.
- c) Somente I e II estão corretas.
- d) Somente I, II e IV estão corretas.
- e) Somente I, II e III estão corretas.

Questão 168: FUNRIO - Proc (PEG TO)/PGE TO/2007

Assunto: Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (CF/1988 e CTN)

Lei Complementar estadual cria programa de incentivo a atividades esportivas mediante concessão de benefício fiscal a pessoas jurídicas, contribuintes do IPVA, que patrocinem, façam doações e investimentos em favor de atletas ou pessoas jurídicas. No tocante a sua constitucionalidade, podemos afirmar que:

- a) É constitucional a lei complementar que cria programa de incentivo a atividades esportivas mediante concessão de benefício fiscal a pessoas jurídicas, contribuintes do IPVA, que patrocinem, façam doações e investimentos em favor de atletas ou pessoas jurídicas, à destinação da verba.
- b) É constitucional a lei complementar que cria programa de incentivo a atividades esportivas, desde que aprovada por quorum específico da Assembléia Legislativa, mediante concessão de benefício fiscal a pessoas jurídicas, contribuintes do IPVA, que patrocinem, façam doações e investimentos em favor de atletas ou de pessoas jurídicas.
- c) A partir da Emenda Constitucional nº 45 (CF), passou a ser constitucional essa possibilidade em decorrência de políticas públicas voltadas ao incentivo do esporte, devendo, para tanto, ser firmado convênio, com interveniência do Ministério dos Esportes.
- d) É inconstitucional, sob aspecto formal, a lei complementar que cria programa de incentivo a atividades esportivas mediante concessão de benefício fiscal a pessoas jurídicas, contribuintes do IPVA, que patrocinem, façam doações e investimentos em favor de atletas ou pessoas jurídicas, uma vez que não submetida a matéria a plebiscito.
- e) É inconstitucional a lei complementar que cria programa de incentivo a atividades esportivas mediante concessão de benefício fiscal a pessoas jurídicas, contribuintes do IPVA, que patrocinem, façam doações e investimentos em favor de atletas ou pessoas jurídicas.

Questão 169: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (CF/1988 e CTN)

No referente aos impostos sobre transmissão causa mortis, doação e propriedade de veículos automotores, é correto afirmar:

- a) o imposto sobre transmissão causa mortis relativo a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento.
- b) o imposto sobre propriedade de veículos automotores terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal.
- c) o imposto sobre doação relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde o referido negócio jurídico tiver sido consumado.
- d) o imposto sobre propriedade de veículos automotores não poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização do bem.
- e) não há incidência de qualquer imposto quando há doação apenas de direitos.

Questão 170: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (CF/1988 e CTN)

Relativamente às normas constitucionais aplicáveis ao IPVA, julgue o item que se segue.

Ao Senado Federal cabe definir a alíquota máxima que cada estado pode aplicar ao IPVA.

- () Certo
- () Errado

Questão 171: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (CF/1988 e CTN)

Sobre o IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores é correto afirmar que

- a) tem seu fato gerador, base de cálculo e contribuintes definidos no Código Tributário Nacional.
- b) a majoração de alíquota não se submete à regra da anterioridade nonagesimal.
- c) terá alíquotas mínimas fixadas por resolução do Senado Federal.
- d) considera-se veículo automotor, para fins de incidência do IPVA, apenas os de circulação terrestre.
- e) segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, pode ter alíquotas progressivas em razão do valor venal do veículo automotor.

Questão 172: FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Assunto: Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (CF/1988 e CTN)

Analise os itens abaixo.

I. O IPVA é um imposto de competência dos Estados e do Distrito Federal, mas pode ser instituído pelos Municípios na ausência de legislação estadual.

II. As alíquotas mínimas para o IPVA são fixadas por Resolução do Senado Federal.

III. O IPVA pode ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e da utilização dos veículos.

IV. O IPVA pode ter alíquotas progressivas em razão do valor venal do veículo, conforme disposição expressa na Constituição Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e III.
- e) II e IV.

Questão 173: FCC - Proc (PGE AM)/PGE AM/2010

Assunto: Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD (CF/1988 e CTN)

Sr. João da Silva, natural do Estado do Amazonas, sempre possuiu domicílio em seu Estado, nele vindo a falecer. Com a abertura da sucessão, constatou-se, no inventário que tramita na Justiça de seu Estado natal, que seu patrimônio era constituído de 5 casas no Estado do Amazonas, recursos financeiros em uma conta poupança no Estado do Rio de Janeiro e um apartamento no Estado de São Paulo. A cobrança do ITCMD sobre os referidos bens compete

- a) aos Estados do Amazonas, do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente.
- b) somente ao Estado do Amazonas, uma vez que seu inventário foi processado no próprio Estado.
- c) somente ao Estado do Amazonas, uma vez que o de cujus tinha domicílio no Estado.
- d) ao Estado do Amazonas, em relação às 5 casas e à conta poupança, e ao Estado de São Paulo, em relação ao apartamento.
- e) aos três Estados, devendo ser repartido de forma igual para cada Ente da Federação.

Questão 174: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD (CF/1988 e CTN)

Na sucessão causa mortis, em arrolamento de bens extrajudicial por escritura pública lavrada em Tabelionato de Notas de Belo Horizonte, foro do domicílio do autor da herança, a transmissão objeto deste arrolamento, referente a bens imóveis situados no município de Cuiabá/MT, sujeita-se ao Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD, cuja competência será

- a) do Estado de Minas Gerais.
- b) do Estado de Mato Grosso.
- c) do Município de Belo Horizonte.
- d) do Município de Cuiabá.
- e) concorrente dos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso.

Questão 175: FCC - Proc (PGE RO)/PGE RO/2011

Assunto: Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD (CF/1988 e CTN)

Sr. Gabriel Khalil possuía o seguinte patrimônio: um apartamento onde residia em Rondônia (RO); uma aplicação na caderneta de poupança em agência bancária situada na Cidade de São Paulo (SP); um imóvel comercial no Rio de Janeiro (RJ); e uma fazenda no Mato Grosso (MT). Em viagem de turismo em Minas Gerais (MG) veio a falecer naquele estado. Aberta a sucessão, seu inventário tramita na Justiça de Rondônia, local de seu domicílio. De acordo com as normas da Constituição Federal, será cabível o

- a) ITCMD, devido exclusivamente para o estado no qual o de cujus faleceu.
- b) ITBI, devido ao estado em que se processar o inventário.
- c) ITCMD, pertencente ao estado RO sobre o imóvel residencial e aplicação financeira em SP; ao estado RJ sobre o imóvel comercial; e ao estado do MT em relação à fazenda.
- d) ITCMD, devido aos estados RO, SP, RJ e MT, partilhado pro rata conforme o valor total do patrimônio do de cujus.
- e) ITBI sobre os bens imóveis, havendo a incidência do ITCMD sobre os valores de aplicações financeiras.

Questão 176: FUNDATEC - Proc (PGE RS)/PGE RS/2015

Assunto: Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD (CF/1988 e CTN)

Quanto ao ITCD, analise as assertivas abaixo, considerando o entendimento jurisprudencial:

- I. Pode ser progressivo.

II. Sua alíquota máxima, fixada pelo Senado Federal, é de 8%.

III. É cobrado, no Estado do Rio Grande do Sul, com base nas alíquotas de 3% e 4%, aplicáveis, respectivamente, para a sucessão causa mortis e para as doações.

IV. Calcula-se sobre o saldo credor da promessa de compra e venda de imóvel, no momento da abertura da sucessão do promitente vendedor.

Após a análise, pode-se dizer que:

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 177: Com. Org. (PGE MS) - Proc (PGE MS)/PGE MS/2014

Assunto: Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD (CF/1988 e CTN)

Com relação ao imposto sobre transmissão causa mortis e doação (ITCD), assinale a opção correspondente:

I - As alíquotas do imposto incidente sobre a transmissão causa mortis poderão ser fixadas livremente pelos Estados e pelo Distrito Federal, desde que respeitada a alíquota máxima de oito por cento (8%) fixada pelo Senado Federal.

II - O imposto caberá ao Estado da situação do bem, relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, enquanto que com relação aos bens móveis, competirá ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento.

III - O ITCD é devido pela alíquota vigente ao tempo da abertura da sucessão, sendo legítima a multa instituída pelo Estado como sanção pelo retardamento do início ou da ulatimação do inventário.

IV - O sujeito passivo da relação jurídico-tributária do ITCD é o inventariado (de cujus), representado pelo espólio.

- a) Todas estão corretas.
- b) Todas estão incorretas.
- c) Somente II e IV estão corretas.
- d) Somente I, II e IV estão corretas.
- e) Somente I, II e III estão corretas.

Questão 178: ESAF - PFN/PGFN/2006

Assunto: Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU (CF/1988 e CTN)

Acerca do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU é correto afirmar que:

- a) o possessor não pode ser considerado contribuinte.
- b) suas alíquotas podem ser progressivas apenas em função do grau de utilização do imóvel.
- c) a base de cálculo é o valor real do imóvel.
- d) o STF entendeu inconstitucional lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas, salvo se destinadas a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.
- e) lei municipal não pode, para efeito da cobrança do tributo, considerar urbanas áreas com urbanização ainda incompleta.

Questão 179: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU (CF/1988 e CTN)

O IPTU e o ITBI são tributos instituídos pelos Municípios e pelo Distrito Federal. Com base nas regras do ordenamento jurídico aplicáveis a seu respeito, assinale a opção correta.

- a) Inexiste no ordenamento jurídico tributário brasileiro autorização para a progressividade do IPTU em razão do valor do imóvel e para a variação de alíquotas, segundo a localização e o uso do referido bem.
- b) A correção monetária do valor do imóvel para fins de cobrança do IPTU pode ser feita, anualmente, por Decreto, desde que o percentual adotado não supere ao da inflação oficial.
- c) O valor venal dos imóveis de uma cidade pode ser atualizado, anualmente, por Decreto do Prefeito Municipal ou pelo Governador do Distrito Federal, para fins de cobrança do IPTU, aumentando, assim, a base de cálculo desse tributo.
- d) Há autorização legislativa para a adoção de alíquotas progressivas na cobrança do ITBI.
- e) Na base de cálculo do IPTU deve ser considerado o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, desde que os referidos bens sirvam para o seu aformoseamento.

Questão 180: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI (CF/1988 e CTN)

Devido à necessidade de atender às despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, o DF promulgou lei instituindo empréstimo compulsório incidente sobre a

transmissão de bens incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Se, em lugar do empréstimo compulsório, o DF instituísse, em idêntica situação, a incidência de ITBI, tal tributação seria adequada do ponto de vista constitucional.

- () Certo
() Errado

Direito do Trabalho

Questão 181: FUNRIO - Proc (PEG TO)/PGE TO/2007

Assunto: Regras de Proteção do Salário

O Sindicato dos Engenheiros do Estado de Tocantins requer, administrativamente, que o salário dos engenheiros (servidores públicos) seja fixado por Convenção Coletiva do Trabalho, devidamente homologada pelo Tribunal Regional do Trabalho. Pleiteia, também, a adoção da política de correção salarial constante da Convenção Coletiva. Em sua correspondência, o Sindicato fundamenta o seu requerimento na decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho, com aplicabilidade sobre todos os engenheiros que trabalham no Estado de Tocantins, e pelo princípio de direito coletivo de trabalho que assegura aos trabalhadores a manutenção de seu poder de compra. Instado a se manifestar, você emite parecer com a seguinte conclusão:

- a) condiciona a aceitação do requerimento à edição de um Decreto Legislativo pela Assembléia Legislativa
- b) aceita o requerimento face ao teor da decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho
- c) não aceita o requerimento face à ilegitimidade do Sindicato em postular, uma vez que a Convenção Coletiva deveria ter sido patrocinada pelo Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de Tocantins
- d) não aceita o requerimento face aos vários acórdãos do Supremo Tribunal Federal estabelecidos pela inconstitucionalidade de preceitos legais que autorizavam a adoção dessa ferramenta para a correção de salários de servidores públicos
- e) condiciona a aceitação do requerimento a prévio exame do Tribunal de Contas do Estado

Questão 182: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Regras de Proteção do Salário

Arquimedes laborou como vendedor da Metalúrgica Gregos e Troianos Ltda., tendo sido dispensado no dia 10/10/2015. Para o desempenho das suas funções utilizava veículo da empresa. Em seu contrato de trabalho, não havia qualquer previsão a respeito de desconto por eventuais danos que causasse pela utilização do veículo da empresa. Recebia salário fixo e comissões sobre as vendas efetuadas. Dois meses antes de ser dispensado efetuou uma venda em dez parcelas, sendo que recebeu as comissões devidas por cada parcela quitada até a sua rescisão. Ao retornar desta venda, bateu o veículo da empresa, tendo sido constatada a sua culpa no evento. A empresa procedeu ao desconto do valor do conserto no salário de Arquimedes no mês seguinte. No ato da rescisão descontou as comissões pagas pela última venda realizada pelo mesmo, alegando que não teria sido concluída a negociação por conta do parcelamento. Na presente situação, o desconto pelo conserto do veículo é

a) correto ainda que não pactuado em contrato de trabalho, pelo fato de ter sido comprovada a culpa do empregado, e lícito o desconto das comissões pagas pela última venda pelo fato de o empregado ter se desligado da empresa antes de a mesma ter sido concluída, perdendo, ainda, o direito às comissões sobre as demais parcelas pagas pós rescisão.

b) indevido, visto que a única hipótese que possibilitaria referido desconto seria a pactuação no contrato de trabalho, e lícito o desconto das comissões pagas pela última venda uma vez que esta não foi concluída até o momento da rescisão contratual, em virtude de o pagamento ter sido estipulado por parcelas.

c) ilícito, uma vez que não havia acordo expresso prevendo esta possibilidade, ainda que comprovada a culpa do empregado, e ilícita a dedução das comissões pagas pelas parcelas quitadas da última venda, uma vez que a venda se concluiu, ainda que de forma parcelada, fazendo o empregado jus às comissões inclusive sobre as parcelas pagas após a rescisão contratual.

d) incorreto, uma vez que não agiu o empregado com dolo no evento, única hipótese que ensejaria a possibilidade de tal desconto, e equivocado o desconto das comissões pelas parcelas pagas referentes à última venda, posto que a venda se aperfeiçoou por inteiro, ainda que o pagamento fosse parcelado, mas não faz jus o empregado às comissões sobre as parcelas pós rescisão.

e) correto, uma vez que comprovada a culpa do empregado, hipótese que legitima a dedução do salário, e incorreto o desconto das comissões sobre as parcelas pagas da última venda até a rescisão, mas não faz jus o empregado às comissões sobre as parcelas a serem pagas após a rescisão, uma vez que não havia mais vínculo com empresa.

Questão 183: ESAF - PFN/PGFN/2006

Assunto: Componentes Remuneratórios

Assinale a opção em que todas as verbas arroladas têm natureza remuneratória.

a) Comissões; adicional noturno; participação nos lucros e resultados; férias.

- b) Diárias para viagem; adicional de periculosidade; 13o salário; complementação de aposentadoria.
- c) Gratificações; adicional de insalubridade; aviso prévio; transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno.
- d) Abonos; adicional de transferência; ajuda de custo; prêmios.
- e) Gorjetas; adicional de horas-extras; descansos semanais remunerados; vale-refeição.

Questão 184: FUNDATEC - Proc (PGE RS)/PGE RS/2015

Assunto: Componentes Remuneratórios

O denominado pela doutrina efeito reflexivo, reflexo ou circundante do salário, traz como consequência o fato do pagamento de parcelas de natureza salarial não se esgotar exclusivamente no seu simples adimplemento, gerando efeito cascata em outras parcelas. Quanto a esse tema, e levando em consideração a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O cálculo do valor das horas extras habituais, para efeito de reflexos em verbas trabalhistas, observará o número das horas efetivamente prestadas e sobre ele aplica-se o valor do salário-hora da época do pagamento daquelas verbas.
- b) O valor das horas extras habitualmente prestadas integra o cálculo dos haveres trabalhistas, respeitada a limitação prevista no caput do art. 59 da CLT.
- c) O adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos.
- d) O adicional de periculosidade, pago em caráter permanente, integra o cálculo de indenização e de horas extras.
- e) Enquanto percebido, o adicional de insalubridade integra a remuneração para todos os efeitos legais.

Questão 185: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Componentes Remuneratórios

No que se refere a salário e remuneração, assinale a opção correta.

- a) A natureza do vale transporte é salarial, uma vez que este se destina a cobrir as despesas de deslocamento do trabalhador entre sua residência e o trabalho e vice-versa.
- b) Se o empregador presentear mensalmente o empregado com roupas novas para uso social, o vestuário terá natureza salarial, visto que não é destinado ao trabalho.
- c) Se o empregado receber quantitativo de diárias que ultrapasse a 50% do seu salário, apenas essa parte excedente terá natureza salarial, e não todo o quantitativo das diárias.

d) A lei trabalhista protege o salário do empregado em face do empregador, mas não, contra credores, seja do empregado seja do empregador, visto que as relações cíveis repercutem no âmbito trabalhista, podendo incidir sobre a remuneração do empregado.

e) Remuneração corresponde ao pagamento direto feito pelo empregador ao empregado pelos serviços prestados.

Questão 186: ESAF - Proc DF/PGDF/2004

Assunto: Equiparação Salarial

Considerando a jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho, examine os seguintes itens:

I. A equiparação salarial somente é possível quando o empregado e o paradigma exercem a mesma função, as mesmas tarefas e ocupam cargos de igual denominação.

II. A cessão de empregados não exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do reclamante.

III. À ação de equiparação salarial, porque contrastado ato único e positivo do empregador, não se cuidando de parcela assegurada – em valor e extensão – por preceito de Lei, aplica-se a prescrição total.

IV. Para efeito de equiparação salarial, em caso de trabalho igual e para efeito do que exige a Lei, conta-se o tempo de serviço no emprego.

V. O conceito de “mesma localidade” de que trata o art. 461 da CLT refere-se, em princípio, ao mesmo município, ou a municípios distintos que, comprovadamente, pertençam à mesma região metropolitana.

A quantidade de itens corretos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

Questão 187: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Equiparação Salarial

Em relação aos direitos constitucionais dos trabalhadores, à remuneração, à equiparação salarial e à jornada de trabalho, julgue o item a seguir.

Segundo entendimento do TST, não há direito a equiparação salarial no caso de o pessoal de empresa pública estar organizado em quadro de carreira aprovado por ato administrativo do presidente da empresa.

Certo

Errado

Questão 188: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Jornada de Trabalho

No que pertine à jornada de trabalho, indique a opção correta.

a) A legislação trabalhista pontua que a jornada de trabalho que não suporta controle e fiscalização por parte do empregador não rende ensejo ao pagamento das horas extras eventualmente laboradas.

b) Na jornada contínua e excedente a seis horas diárias, a concessão de intervalo para repouso ou alimentação é obrigatória, a qual será de no mínimo duas horas e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de três horas.

c) Serão descontadas e computadas como jornada extraordinária as variações de horário consignadas em registro de ponto que não excedam a cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

d) Na jornada de trabalho cuja duração ultrapasse a quatro e não exceda a seis horas diárias, o intervalo intrajornada não será obrigatório considerando-se a curta duração do labor.

e) Nas atividades legalmente consideradas insalubres a prorrogação da jornada de trabalho, desde que ultimada via acordo escrito, poderá ser livremente ajustada, sendo despendida licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho.

Questão 189: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Jornada de Trabalho

Julgue o seguinte item, com base na legislação e no entendimento jurisprudencial dominante do TST.

Considere a seguinte situação hipotética.

Em determinado município, o sindicato das empresas de transportes coletivos e o sindicato dos empregados do sistema de transporte coletivo firmaram convenção coletiva da categoria em que, entre várias cláusulas, se autorizou a compensação de jornada de trabalho, sempre mediante acordo coletivo.

Nessa situação hipotética, será lícito o acordo individual escrito entabulado entre uma empresa de transporte coletivo do referido município e alguns de seus empregados para a compensação de jornada laborada em dias de domingo.

- () Certo
() Errado

Questão 190: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Jornada de Trabalho

Em relação às horas in itinere no regramento jurídico brasileiro, é INCORRETO afirmar:

- a) O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho.
- b) A mera insuficiência de transporte público enseja o pagamento de horas in itinere.
- c) Se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas in itinere remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público.
- d) Considerando que as horas in itinere são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo.
- e) Poderão ser fixados, para as microempresas e empresas de pequeno porte, por meio de acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração.

Questão 191: PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

Assunto: Jornada de Trabalho

Sobre a duração do trabalho e seus desdobramentos jurídicos, é CORRETO afirmar:

- a) Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo individual ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de doze horas diárias.
- b) Os empregados sob o regime de tempo parcial poderão prestar horas extras, limitadas ao número de cinco por semana.
- c) Os empregados em cargos em comissão estão dispensados do controle de jornada de trabalho.

- d) Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de doze horas consecutivas para descanso.
- e) A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de duas, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.

Questão 192: PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

Assunto: Jornada de Trabalho

Considerando o sistema legal e o entendimento consolidado do TST sobre jornada de trabalho e controle de jornada de trabalho, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O controle de jornada é obrigatório quando envolver relação de emprego.
- b) O controle de jornada poderá ser dispensado, por livre pactuação entre empregador e empregado.
- c) A não apresentação injustificada dos controles de frequência em juízo gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho descrita na peça inicial.
- d) O controle de jornada prevalece sobre todos os demais meios de prova.
- e) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de 15 minutos, observado o limite máximo de 30 minutos diários.

Questão 193: FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2014

Assunto: Jornada de Trabalho

Em relação à duração da jornada de trabalho, assinale a afirmativa correta.

- a) Nos termos da Constituição Federal de 1988, a jornada de trabalho não poderá ser superior a 7h20min (sete horas e vinte minutos), totalizando carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.
- b) Não há qualquer óbice à implementação de regime de compensação de jornada nas atividades insalubres.
- c) Podem ser desprezados da contagem das horas extras os períodos de até dez minutos (tempo residual) em cada registro da jornada de trabalho, conforme disposto na CLT.
- d) É válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas.

Questão 194: FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2012

Assunto: Jornada de Trabalho

Quanto à jornada de trabalho, pode-se afirmar que:

- a) nos termos da Constituição Federal de 1988, a jornada de trabalho não poderá ser superior a seis horas, totalizando carga horária semanal de quarenta e quatro horas.
- b) a mera insuficiência de transporte público é fator suficiente ao reconhecimento de horas in itinere.
- c) tem direito ao pagamento de horas extras excedentes de seis, todos os trabalhadores que desenvolvem atividades em turnos ininterruptos, independentemente da existência de revezamento.
- d) entende-se como horas “in itinere” o tempo necessário ao deslocamento do trabalhador entre a portaria da empresa e o local de trabalho, desde que supere o limite de dez minutos diários.

Questão 195: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Jornada de Trabalho

João de Deus é empregado da empresa Gama Serviços de Limpeza Ltda. laborando na jornada das 7 às 19 horas em escala de 12 × 36, na função de auxiliar de limpeza, jornada esta pactuada mediante acordo coletivo de trabalho. A empresa fornece ônibus fretado nos percursos de ida e volta para o trabalho, tendo em vista que o posto de serviço se situa em local de difícil acesso, mas servido por transporte público regular. A empresa efetua cobrança parcial dos empregados para custeio da tarifa de transporte. Nesse caso, considerando a legislação vigente e a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, as horas relativas ao percurso servido pelo ônibus fretado da empresa para a ida e volta ao trabalho

- a) se computam na jornada de trabalho do empregado, por se tratar o posto de local de difícil acesso, sendo irrelevante o fato de ser cobrada em parte a tarifa do empregado, e faz jus o mesmo à remuneração dobrada relativa aos feriados trabalhados.
- b) não se computam na jornada de trabalho do empregado, por ser cobrado parcialmente do mesmo pela tarifa de transporte fornecido pela empresa, e os feriados laborados devem ser pagos de forma simples, por estarem compreendidos na escala 12 × 36.
- c) não se computam na jornada de trabalho do empregado, por haver transporte público regular que serve a localidade do posto de trabalho, e faz jus o mesmo à remuneração em dobro dos feriados trabalhados por força desta escala 12 × 36.
- d) se computam na jornada de trabalho do empregado, por representar tempo à disposição do empregador, mas quanto à escala de 12 × 36, a mesma não pode ser imposta ao empregado pelo fato de não estar prevista em lei, nem estar pactuada por acordo individual de trabalho.



e) nunca se computam na jornada de trabalho do empregado, quando houver cobrança, ainda que parcial, por parte da empresa, relativa ao custeio deste transporte, e ele faz jus à remuneração dobrada dos feriados laborados por força desta escala 12 × 36.

Questão 196: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Intervalos (trabalho)

Em relação aos direitos dos trabalhadores, julgue o item seguinte, com base no disposto na CF, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O repouso semanal deve ser remunerado e concedido, preferencialmente, aos domingos.

() Certo

() Errado

Questão 197: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Férias (trabalho)

Em relação às férias assinale a opção correta.

a) Dado ao seu caráter imperativo, a aquisição das férias, pelo trabalhador, durante o pacto laboral bem assim a fixação de sua duração não se assenta na assiduidade do empregado apurada durante o período aquisitivo.

b) As parcelas que têm feição salarial, como por exemplo, as gratificações anuais, semestrais ou trimestrais integram a remuneração para efeito de cálculo das férias.

c) A alimentação fornecida habitualmente ao trabalhador pelo empregador não integra o cálculo da remuneração das férias mesmo quando o trabalhador deixe de percebê-la durante o período de gozo das mesmas.

d) O empregado que, no curso do período aquisitivo, pede demissão ou se aposenta espontaneamente e, não sendo readmitido em 60 (sessenta) dias de sua saída, não fará jus às férias.

e) O vale-transporte apesar de não ter natureza salarial mas considerando o caráter social da parcela se incorpora à remuneração para efeito de cálculo das férias.

Questão 198: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Férias (trabalho)

Assinale a opção correta no que diz respeito a férias.

a) Constatada a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, é devida ao empregado metade das férias proporcionais.

- b) De acordo com a legislação trabalhista, as férias serão concedidas por ato do empregador, no mês de escolha do empregado.
- c) As férias correspondem ao descanso anual remunerado que o trabalhador deve usufruir, independentemente de aquisição desse direito.
- d) Para cada mês ou fração superior a dez dias de trabalho, o empregado tem o direito a um doze avos de férias.
- e) Conforme entendimento do TST, são devidas férias proporcionais ao empregado demitido por justa causa.

Questão 199: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Férias (trabalho)

Maria foi contratada pelo frigorífico Boi Magro Ltda., em 10 de janeiro de 2012, para laborar no cargo de auxiliar de abate.

No ano de sua contratação, Maria faltou dezesseis dias injustificadamente e a empresa concedeu o gozo de apenas quatorze dias corridos de férias, de 01 de março de 2013 a 14 de março de 2013.

Ocorre que, em virtude de grave crise financeira, a empresa, mediante acordo coletivo com o Sindicato da Categoria, interrompeu totalmente suas atividades, no período de 15 de março de 2013 a 20 de maio de 2013, porém continuou efetuando o pagamento dos salários aos empregados.

Em dezembro de 2014, o frigorífico agendou férias de vinte dias para Maria no período de 15 de janeiro de 2015 a 03 de fevereiro de 2015, quando a empregada solicitou o pagamento de abono pecuniário de dez dias de suas férias. O pedido foi negado.

Maria foi dispensada em 20 de março de 2015, quando recebeu o pagamento de 10 dias de férias vencidas acrescidas de um terço constitucional referente ao período de 2013/2014 e demais verbas rescisórias devidas.

Com relação às férias,

- a) a empresa observou corretamente todos os períodos aquisitivos e concessivos, assim como concedeu férias corretamente à empregada.
- b) as férias de dez dias referentes ao período aquisitivo de 2013/2014 deveriam ser pagas em dobro acrescidas do terço constitucional.
- c) a empresa não poderia ter negado o pedido de Maria, uma vez que é facultado ao empregado converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.
- d) as férias do período aquisitivo de 2012/2013 de Maria deveriam ser de dezoito dias corridos.

e) as férias do período aquisitivo de 2013/2014 deveriam ser pagas em dobro, uma vez que foram gozados após término do período concessivo.

Questão 200: FCC - Proc (PGE AM)/PGE AM/2010

Assunto: Trabalho Noturno

O horário noturno do empregado urbano é das

- a) 20:00 às 4:00 horas.
- b) 20:00 às 5:00 horas.
- c) 20:00 às 6:00 horas.
- d) 21:00 às 5:00 horas.
- e) 22:00 às 5:00 horas.

Gabarito

1) D	2) E	3) E	4) D	5) E
6) D	7) A	8) B	9) E	10) A
11) A	12) A	13) E	14) A	15) E
16) E	17) C	18) E	19) Certo	20) A
21) E	22) C	23) D	24) C	25) C
26) A	27) D	28) D	29) E	30) E
31) D	32) A	33) A	34) B	35) C
36) B	37) E	38) A	39) B	40) C
41) A	42) C	43) D	44) E	45) Certo
46) B	47) E	48) E	49) Certo	50) Errado
51) E	52) D	53) A	54) E	55) A
56) A	57) D	58) E	59) D	60) C
61) Errado	62) Certo	63) Certo	64) Errado	65) B
66) Certo	67) Certo	68) D	69) B	70) D
71) A	72) A	73) B	74) B	75) C
76) E	77) D	78) E	79) C	80) A
81) Errado	82) Errado	83) C	84) D	85) Errado
86) C	87) C	88) E	89) E	90) Errado
91) E	92) D	93) D	94) Certo	95) C
96) Certo	97) D	98) B	99) A	100) D
101) B	102) E	103) B	104) B	105) D
106) Certo	107) D	108) Errado	109) B	110) Certo
111) Errado	112) Certo	113) E	114) C	115) E
116) A	117) E	118) Certo	119) Errado	120) A
121) Certo	122) B	123) C	124) A	125) Errado
126) C	127) C	128) Certo	129) Errado	130) E
131) D	132) A	133) B	134) C	135) D
136) B	137) E	138) D	139) A	140) Certo
141) C	142) E	143) C	144) D	145) D
146) C	147) E	148) D	149) B	150) C
151) Errado	152) Certo	153) E	154) Certo	155) Errado
156) Errado	157) C	158) A	159) Errado	160) Certo
161) A	162) A	163) C	164) B	165) A
166) D	167) E	168) E	169) B	170) Errado
171) C	172) B	173) D	174) B	175) C
176) D	177) E	178) D	179) B	180) Errado
181) D	182) C	183) E	184) B	185) B
186) B	187) Errado	188) A	189) Errado	190) B
191) E	192) C	193) D	194) D	195) A
196) Certo	197) D	198) A	199) D	200) E